



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

HÉLIO DA COSTA DANTAS

COLONIZAÇÃO E CIVILIZAÇÃO NA AMAZÔNIA:

**ESCRITA DA HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DO REGIONAL NA OBRA DE ARTHUR
REIS (1931-1966)**

Orientador:

Prof. Dr. James Roberto Silva

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

MANAUS/AM
2011

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Dantas, Hélio da Costa

D192c Colonização e civilização na Amazônia: escrita da História e construção do regional na obra de Arthur Reis (1931-1966) / Hélio da Costa Dantas. – Manaus: UFAM, 2011.
95 f.

Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Amazonas, 2011.

Orientador: Prof. Dr. James Roberto Silva

1. Amazônia - Colonização 2. Amazonas (Estado) - História
3. Amazônia - Historiografia I. Silva, James Roberto (Orient.) II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 981.13(043.3)



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

HÉLIO DA COSTA DANTAS

**COLONIZAÇÃO E CIVILIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: ESCRITA DA HISTÓRIA E
CONSTRUÇÃO DO REGIONAL NA OBRA DE ARTHUR REIS (1931-1966)**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. James Roberto Silva (Orientador)
Departamento de História – UFAM

Prof. Dr. Júlio Cesar Schweickardt
Instituto Leônidas e Maria Deane/FIOCRUZ

Prof. Dr. Nelson Tomelin Jr.
Departamento de História – UFAM

Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa (Suplente)
Departamento de História – UFAM

MANAUS/AM
2011

*Esta dissertação é respeitosamente dedicada a **Herman Gomes dos Santos** (in memoriam) amazonense que aqui viveu e trabalhou com honra nos regatões da vida, nas pescas com bomba, nas plantações de tabaco e nas migrações para Manaus, alheio e independente aos planos de gabinete e às conceituações acadêmicas das quais nunca precisou ou requereu para colocar um prato de comida em sua mesa.*

Agradecimentos

“Quem vê mal, vê sempre menos; quem ouve mal, ouve sempre algo mais”.

Este aforismo de Nietzsche poderia muito bem resumir o dilema de qualquer pesquisador. No caso desta pesquisa, que inicialmente percebia seu objeto de análise com uma insuspeita tranquilidade, progressivamente viu crescer a angústia do bem ver e do bem ouvir.

Uma pesquisa acadêmica nunca parte de um ponto a outro em linha reta, ela sempre é feita de becos sem saída, retornos, engarrafamentos e desvios, curvas arriscadas, ladeiras vertiginosas, e estamos sempre muito enganados quando julgamos que para realizá-la é necessário apenas teoria, metodologia e cronograma.

Pesquisa não é caminho, é descaminho. E neste descaminho, pude encontrar pessoas que, mesmo não fazendo parte diretamente da composição deste texto, ou não estando relacionados a quaisquer procedimentos institucionais, compõem parte do novelo afetivo e dos fluxos de interferência, dos quais este texto é apenas uma breve retenção, uma pequena dobra.

Em primeiro lugar, agradeço ao incentivo constante do meu amigo Ygor Cavalcante ou *a história que sorri e canta*. Sem ele eu não teria sequer iniciado o projeto de pesquisa e me inscrito no Programa de Pós-Graduação, e, mais ainda, sem seu apoio eu não teria finalizado o texto da dissertação.

Agradeço também à Profa. Dra. Patrícia Sampaio, orientadora na primeira parte desta pesquisa, desde quando o projeto ainda estava sendo escrito. Sua ajuda foi imprescindível, e também posso afirmar sem receios que sem ela eu não teria ingressado no Programa de Pós-Graduação em História.

Aos vários professores do ICHL, aos quais, quer tenha sido em conversas de corredor ou em disciplinas cursadas, agradeço a ajuda, os *insights*, os alertas. São eles: Prof. Dr. Hideraldo Costa, Profa. Dra. Márcia Mello, Prof. Ms. Francisco Jorge dos Santos, Prof. Dr. Auxiliomar Ugarte, Profa. Dra. Katia Couto e Prof. Dr. Gabriel Albuquerque. Um agradecimento mais do que especial aos professores Nelson Tomelin Jr. e Marco Aurélio Coelho de Paiva, que, como membros da Banca de meu Exame de Qualificação, fizeram preciosas observações e críticas, que me auxiliaram a perder várias cegueiras conceituais.

Não poderia deixar de agradecer à Secretaria Municipal de Educação, que, por meio do Programa Qualifica, concedeu-me uma licença remunerada, essencialíssima para a correta condução desta pesquisa. E também à Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas, pela bolsa de 24 meses, uma valiosa ajuda, principalmente para a compra de livros.

Sou grato também aos colegas de Pós-Graduação, pela convivência sadia e diálogos frutíferos: João Lopes, João Rozendo, Júlio, Suellen, Provino, Márcia Maciel, Juçara Lobato, Tarcísio Normando, Raquel Filizzola e Robeilton Santos.

Agradeço imensamente a todo o suporte familiar: minha mãe, Maria das Graças, meus irmãos, Moisés, Daniel, Célia e Thiago. Nos momentos em que tudo parecia insuportável, eles me mostraram o significado da palavra família.

E também aos amigos, que sempre ajudaram com palavras de incentivo: Michele e Arnaldo, Manoel Neto e Sérgio Góis, Sullyvan de Abreu, Aglacir Laray, Val Rodrigues.

Um agradecimento ao Prof. Davi Leal, que na fase final desta pesquisa foi um interlocutor essencial. Sempre paciente e desprendido, com ele pude trocar ideias, recebendo indicações de livros e sugestões muito importantes.

Ao meu orientador, Prof. Dr. James Roberto Silva, tenho uma dívida eterna de gratidão: pela paciência, pela compreensão, pela ajuda inestimável, pelo exemplo

profissional e acadêmico, pela oportunidade de diálogo e pelo estímulo à liberdade de pensamento. Com ele pude aprender mais um pouco a importância de exercitar a dúvida, o questionamento e a problematização no trabalho científico, ajudando-me assim a expandir meu mundo. Se eu puder retribuir-lhe e passar adiante, ao longo da vida, pelo menos uma pequena parcela de tudo que dele recebi, já será uma grande coisa.

Por fim, agradeço à minha esposa e companheira, Alzanira de Souza Santos, pela paciência e ajuda neste longo caminho. É simplesmente incrível a capacidade que ela tem de *siderar* com a sua luz, seus sonhos, sua sabedoria, sua força, seu amor, seu exemplo, e impelir alguém a fazer coisas grandiosas. Muito obrigado, minha amada. Nada do que eu fizer poderá retribuir!

Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

Michel Foucault

Resumo

Esta dissertação é uma análise da construção histórica da Amazônia na obra de Arthur Cézár Ferreira Reis. Buscou-se perceber a historicidade de um conceito que teve sua emergência num momento recente da história brasileira. A partir da problematização do conceito de Amazônia, procede-se a uma análise de como a obra de Arthur Reis contribuiu para sedimentar um repertório discursivo que deu consistência a este conceito, enquanto um recorte espacial, cultural e histórico específico. Por fim, intentou-se compreender como a construção da região e seu passado, feita por Arthur Reis, funciona como sua proposta civilizatória para o presente.

Palavras chaves: *Amazônia; historiografia; intelectuais.*

Abstract

This thesis is an analysis of the historical construction of the Amazonia, looking for perceives the historicity of a concept that has been its emergence in a recent period of the Brazilian history. From a questioning of the concept of Amazonia, proceed it to an analysis of how the work of Arthur Reis contributed to sediment a discursive repertoire that conformed this concept as a geographical, cultural and historic specific concept. At last, it looked for understand how the construction of the region and its past by Arthur Reis works as a civilizing proposal for the present.

Keywords: Amazonia; historiography; intellectuals.

Sumário

Considerações iniciais _____	12
Capítulo I _____	22
Representação e realidade _____	23
Michel Foucault e a historicidade radical _____	25
A invenção do Nordeste _____	26
A emergência da Amazônia como objeto de saber _____	33
Capítulo II _____	38
Arthur César Ferreira Reis, historiador _____	40
Da História do Amazonas para a História da Amazônia _____	45
Aspectos de uma Historiografia Lusófila _____	57
Conclusões _____	61
Capítulo III _____	63
Arthur Reis e a exaltação do colonizador lusitano _____	63
A decadência do processo colonizador _____	67
Das condições e possibilidades dos trópicos _____	73
SPVEA e INPA _____	74
Conclusões _____	78
Considerações Finais _____	82
Bibliografia _____	86

Considerações Iniciais

A História da Historiografia é uma linha dentro dos estudos históricos brasileiros que, nas duas últimas décadas, vem ganhando maior atenção. Cresce a cada ano a publicação de pesquisas focalizando a problemática que preside a constituição da história como disciplina, a investigação dos preceitos teóricos e metodológicos que orientam as práticas historiográficas¹, além da análise específica de narrativas históricas e das trajetórias daqueles que se identificam e são identificados como historiadores².

¹ Cf. Ângela de Castro Gomes. *História e Historiadores: a Política Cultural no Estado Novo*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996. José Carlos Reis. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. Rogério Forastieri da Silva. *História da Historiografia*. Bauru: Edusc, 2001. Marcos César de Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005. Jurandir Malerba (org.). *A História Escrita*. Teoria e História da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. Valdeci Araújo & Flávia Varella(Orgs.). *Tendências da Historiografia Brasileira Contemporânea: Anais do I Seminário de História do ICHS*. Ouro Preto: 2006, EDUFOP.

² Cf. Aldrin Moura de Figueiredo. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Tese (Doutorado). Unicamp, IFCH, 2001. Rodrigo Turin. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Tese (Doutorado em História). UFRGS, 2005. Leticia Borges Nedel. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese (Doutorado em História). ICS, UnB, Brasília. 2005. Valter Guimarães Soares, *Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja*. Salvador: Edufba, 2006. Mara Cristina Rodrigues. *Da crítica à história: Moisés Vellinho e a trama entre a província e a nação, 1925 a 1964*. Tese (Doutorado em História) - IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006. Fernando Nicolazzi. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio - sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. Tese (Doutorado em História). IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008. Jocelito Zalla. *O centauro e a pena:*

A presente dissertação insere-se no bojo dessas pesquisas, e tem por objetivo realizar uma análise da obra do historiador amazonense Arthur Cézár Ferreira Reis, no afã de compreender como sua produção historiográfica contribuiu para a consolidação do conceito de Amazônia enquanto um recorte histórico, espacial e cultural específico.

Arthur Cézár Ferreira Reis nasceu em 1906, em Manaus, e faleceu em 1993, no Rio de Janeiro. Publicou *História do Amazonas*, em 1931, o primeiro de uma profusa lista de publicações editadas ao longo de mais de cinco décadas.

A grande quantidade de publicações de Arthur Reis justifica em grande parte a escolha do autor como objeto desta pesquisa. Acima de tudo, contudo, está a importância que sua obra teve no meio intelectual brasileiro. Até, pelo menos, o início da década de 1970, Arthur Cézár Ferreira Reis foi o principal autor a abordar especificamente a história da Amazônia em seus textos. Sua obra findou por tornar-se uma referência básica a qualquer pesquisador que se voltasse para a temática.³

Contudo, a despeito da importância do autor e sua obra, pesquisas específicas sobre sua trajetória intelectual e produção historiográfica são escassas e recentes. Há, na verdade, bastantes textos biográficos com eventuais comentários sobre sua obra – geralmente de caráter laudatório⁴ – e a recorrência de seu nome em listagens sobre o “estado da arte” dos estudos históricos e sociológicos no Brasil, sem maior aprofundamento analítico⁵. Seu nome e sua obra aparecem também em estudos recentes que não o têm como objeto principal de pesquisa, porém o citam ou

Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas. Dissertação (Mestrado em História). IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

³ Não há aqui a intenção de elencar a longa lista de textos onde Arthur Reis é citado, mas, a título de demonstrar como o autor tornou-se referência no tema, cabe observar que Arthur Reis foi o segundo maior colaborador na História Geral da Civilização Brasileira organizada por Sérgio Buarque de Holanda na década de 1970, tendo contribuído com 10 artigos para a coleção, em sua maioria, textos relativos à *Amazônia*. Cf. Thiago Lima Nicodemo. *A Herança Colonial – Sérgio Buarque de Holanda e a História Geral da Civilização Brasileira*. In: Textos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro, 2004, pp. 8-10.

⁴Cf. Djacir Menezes. *O Brasil no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. Leandro Tocantins. *Homenagem a Arthur Cézár Ferreira Reis*. Rio de Janeiro: IHGB, 1993. Robério Braga. *Arthur Cézár Ferreira Reis*. Manaus: Fundação Lourenço Braga, 1999. (Coleção História do Amazonas. Estudos Biográficos, n. 6).

⁵Cf. José Honório Rodrigues. *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952. Nelson Werneck Sodré. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1960. Renan Freitas Pinto, Elide Rugá Bastos (Orgs.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: EDUA, 2007.

abordam sua trajetória e obra como material de apoio aos seus objetos centrais ou para realizar um trabalho de revisão ou de contraponto à sua obra.⁶

Destes estudos que não têm a obra de Arthur Reis como objeto central, abordando-a secundariamente, destacam-se aqui duas delas. Renan Freitas Pinto⁷, ao abordar a “formação do pensamento social em torno da Amazônia”⁸ (analisando a obra de três autores do período colonial: os jesuítas Samuel Fritz e João Daniel, e o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira), reservou um capítulo final para a análise da obra de Arthur Reis. Para ele, a obra do historiador é uma “referência privilegiada”⁹, pois, a partir de seu estudo, é possível refletir acerca dos caminhos que conformaram grande parcela das representações sobre a Amazônia, que se partilham, atualmente, tanto no senso comum quanto no conhecimento acadêmico.

Para este autor, a obra de Arthur Reis faz parte do imenso arcabouço de textos que “conformaram a identidade da região amazônica”¹⁰. Entretanto, para Renan Pinto, Arthur Reis situar-se-ia em um contexto especial, pois o historiador teria realizado um esforço intelectual considerável para dar uma feição científica à prática historiográfica sobre a Amazônia. Um de seus méritos teria sido realizar um amplo levantamento de fontes, no acervo de diversos arquivos brasileiros e estrangeiros, de documentação relativa à Amazônia, além de uma listagem e uma “revisão crítica”¹¹ sobre obras e autores que haviam abordado de alguma forma a região amazônica. Diz Renan Pinto que,

⁶Cf. José Ribamar Bessa Freire (org.). *A Amazônia Colonial: 1616-1798*. Manaus: BK Editora, 1991. Edineia Mascarenhas Dias. *Manaus 1980-1920: a ilusão do Fausto*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Católica de São Paulo. Maria Luiza Ugarte Pinheiro. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Dissertação (Mestrado) - PUC/SP, São Paulo, 1996. Francisca Deusa Sena Costa. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, PUC/SP, 1998. Patrícia Maria Melo Sampaio. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1993. Francisco Jorge dos Santos. *Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798)*. Dissertação (Mestrado em História) – USP, 1995. Hideraldo Lima da Costa. *Cultura, trabalho e luta social na Amazônia: discurso dos viajantes - século XIX*. Dissertação (Mestrado) PUC/SP, 1996. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na cabanagem*. Tese (Doutorado) - PUC/SP, São Paulo, 1998.

⁷ Renan Freitas Pinto. *Viagem das Ideias – formação e desenvolvimento do pensamento social da Amazônia*. Manaus: Universidade do Amazonas / CNPq, 1997.

⁸ Ibid., p. 3.

⁹ Ibid., p. 148.

¹⁰ Ibid., p. 149.

¹¹ Ibid., p. 152.

ao longo de sua trajetória de historiador, Arthur Reis sempre se mostrou permanentemente preocupado com a identificação, utilização e divulgação das fontes fundamentais que foi capaz de localizar como pesquisador. (. . .) Arthur Reis recorreu, desde suas obras iniciais, a autores que se tornaram essenciais para o conhecimento da Amazônia e dos diferentes modos de pensá-la, compreendê-la, interpretá-la. Em mais de um sentido, ajudou a tornar a maior parte desses autores não apenas conhecidos, mas analisados do ponto de vista de suas respectivas contribuições para a formação e o desenvolvimento do pensamento sobre a Amazônia¹².

A segunda delas, um artigo de autoria de Mauro César Coelho e Jonas Queiroz sobre as novas tendências na historiografia sobre a Amazônia¹³, aborda aspectos da obra de Arthur César Ferreira Reis para servir como contraponto a essas novas abordagens. Para eles, semelhantemente a Renan Freitas Pinto, Arthur Reis tornou-se referência obrigatória nos estudos amazônicos “pelo seu caráter pioneiro, sua extensão e alcance no círculo intelectual brasileiro”.¹⁴

Segundo os autores, ao encarar a função pedagógica do conhecimento histórico como fortalecedor do sentimento de nacionalidade, Arthur Reis teria se interessado pelo passado da região e procurado “sistematizar uma narrativa do processo de colonização e da ocupação portuguesa”¹⁵ a fim de inverter as visões negativas imputadas à Amazônia até então, buscando apresentar a contribuição da região para a formação da nacionalidade brasileira.¹⁶

Dos trabalhos que tratam especificamente do autor e sua obra, encontraram-se apenas três trabalhos recentes. Sidney Lobato¹⁷, em sua monografia intitulada *Bricolage da formação nacional: a obra de Arthur César Ferreira Reis (1939-1966)*, datada de 2001, contextualiza a obra de Arthur Reis no que chama de “fase

¹² *Ibid.*, p. 153.

¹³ Mauro Cezar Coelho e Jonas Marçal de Queiroz. Fronteiras da História limites do saber: a *Amazônia* e seus intérpretes. In: Idem. (Org.). *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém; Macapá: NAEA/UFPA; Universidade Federal do Amapá, 2001, pp. 170-174.

¹⁴ *Ibid.*, p. 174.

¹⁵ *Ibid.*, p. 165.

¹⁶ *Ibid.*, p. 167.

¹⁷ Cf. Sidney Lobato. *Bricolage da formação nacional: a obra de Arthur César Ferreira Reis (1939-1966)*. Monografia, Graduação em História, UNIFAP, 2001.

ensaísta da historiografia amazônica”¹⁸, ou seja, antes da especialização acadêmica provinda da implantação das Faculdades de Filosofia no Brasil.

Para este pesquisador, Arthur Reis estaria alinhado ao modelo historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ao “pensamento nacionalista autoritário” de autores como Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo Amaral¹⁹. Dessa maneira, sua obra seria marcada pela exaltação do papel civilizador do Estado e pela demanda da consolidação do capitalismo na região amazônica²⁰.

Lademe Sousa²¹, em dissertação de mestrado recente, analisa o livro de estreia de Arthur Reis, *História do Amazonas* (1931). Da mesma forma que Sidney Lobato, a pesquisadora situa Arthur Reis como um “historiador conservador”²², que, muito embora compartilhasse do mesmo *contexto* de autores como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, não produziu uma obra de estreia revolucionária como a destes últimos.

Isso se deveria ao fato de Arthur Reis ainda estar, segundo a pesquisadora, “atrelado”²³ ao modelo historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “no grupo que tem como expoentes Varnhagen e Capistrano de Abreu”²⁴. Mesmo entre esses dois historiadores, Arthur Reis penderia para o lado do mais conservador deles, no caso, Varnhagen. Ela explica:

Uma questão muito importante separa Arthur Reis de Capistrano de Abreu e liga o primeiro a Francisco Adolpho de Varnhagen e à “concepção clássica” de história: a ausência de imparcialidade. Arthur Reis (. . .) não parecia muito preocupado com a neutralidade, pois sua busca era por uma verdade que atendesse aos valores éticos-pedagógicos [*sic*]. A história que escreveu, assim como a de Varnhagen, tinha a liberdade de julgar os atos das personagens históricas à luz dos valores morais de sua contemporaneidade. Assim, o que o diferencia imensamente de Capistrano é a forma como busca a verdade. Capistrano baseado no método crítico vai aos documentos tentando se desvencilhar ao máximo de preconceitos; cuidava para não

¹⁸ *Ibid.*, p. 28.

¹⁹ *Ibid.*, p. 70.

²⁰ *Ibid.*, pp. 82-85.

²¹ Lademe Correia de Sousa. *Arthur Reis e a História do Amazonas: um início em grande estilo*. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFAM, 2009.

²² *Ibid.*, p. 21.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibid.*, p. 26.

passar para sua obra assertivas preestabelecidas. (. . .) Arthur Reis, na abordagem de várias questões, foi aos documentos com verdades preestabelecidas na medida em que buscava constantemente justificar os feitos dos colonizadores, tornando-os modelos para a nova geração; portanto, esses deveriam aparecer sem máculas e quando porventura, essas fossem impossíveis de cobrir foram por ele justificadas em nome de um objetivo maior: a colonização/civilização²⁵.

A maior parte da pesquisa, contudo, é dedicada à análise da correspondência passiva de Arthur Reis durante a década de 1930, onde é observada primeiramente a consagração intelectual do autor em sua terra natal, e em seguida, o esforço de Arthur Reis, que utiliza sua obra de estreia como “cartão de visita”, a fim de granjear posições e reconhecimento entre a intelectualidade nacional, analisando aí a inserção do jovem historiador no jogo de favores e trocas praticado entre intelectuais brasileiros por meio de cartas, onde críticas positivas em jornais eram negociadas por convites para publicações, ou convites para participações em agremiações eram negociados por divulgação de obras²⁶.

Leila Gomes, também em dissertação de mestrado recente²⁷, analisou as representações dos movimentos sociais da Amazônia na obra de Arthur Reis, buscando, segundo a pesquisadora, “significações incompletas, obscurecidas ou silenciadas”²⁸ na obra do autor.

No caso, analisando a representação na obra de Arthur Reis do que a autora considera *movimentos sociais* (a saber: os movimentos autonomistas no *Amazonas colonial*, o movimento abolicionista no Amazonas provincial, e por último, a Cabanagem), Leila Gomes identifica a invisibilidade ou ausência da categoria *povo* na obra de Arthur Reis, sendo a historiografia produzida por ele marcadamente economicista, privilegiando acontecimentos políticos e os chamados “grandes vultos” militares e administrativos. É o que fica claro, segundo a pesquisadora, na interpretação de Arthur Reis destes três *movimentos*: serão sempre vistos pelo autor

²⁵ Ibid., pp. 40-41.

²⁶ Ibid., pp. 46-59, 101-107.

²⁷ Leila M. R. Gomes. *Movimentos Sociais na obra de Arthur Reis*. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFAM, 2009.

²⁸ Ibid., p. 5.

como movimentos políticos, ganhando significado e relevância a partir do momento em que personagens da elite tomam controle, dando um encaminhamento ordenado a manifestações dispersas. Ou seja, mesmo quando o movimento é marcadamente popular, ele só adquire sentido quando dirigentes políticos dão a ele um “rumo”²⁹.

Contudo, balizada pelo referencial teórico da *história vista de baixo*, principalmente E. P. Thompson, a pesquisadora conclui que, mesmo no texto elitista e conservador do autor, aparece, nas entrelinhas, a forte presença popular nos movimentos analisados, ou seja, a tentativa do autor em ocultar a participação popular era vã, visto que eles estão “alojados” no texto³⁰.

Esta pesquisa apropria-se das conclusões que os autores supracitados propõem, contudo, redireciona-as para outros propósitos. A Amazônia é encarada neste trabalho como um conceito que possui uma historicidade, tendo sido *construído* num momento recente da história brasileira, no início do séc. XX. Assim, Arthur Reis é visto como um autor-chave para compreender como este conceito consolidou-se ao longo do tempo.

Nos parágrafos anteriores, foram citados constantemente os termos *autor* e *obra, texto* e *contexto*. Acredita-se ser importante, a partir daqui, apresentar as ferramentas teóricas que esclarecem a forma como estes conceitos serão encarados nesta pesquisa.

O que está em questão é: quais os fatores a serem levados em consideração no momento de análise e interpretação de textos, neste caso, textos historiográficos. Assim, intentou-se fugir de posicionamentos teóricos que enxergam como chave interpretativa um sujeito externo – de cuja consciência emane uma intencionalidade que funcione como chave interpretativa do correto sentido de um texto –, o *autor*, e um contexto fixo “por trás” do texto que determine sua correta interpretação. Ou seja, não há como analisar os textos de Arthur Reis através de *elementos externos* – quer sejam fatores políticos, econômicos ou sociais – visto que

²⁹ Ibid., pp. 75-96, 114-123.

³⁰ Ibid., pp. 150-151.

estes não tem esta forma de existência de sinônimo ou espelho do “real”, captáveis pelo pesquisador e garantidores de uma interpretação “objetiva”.³¹

Não se trata, contudo, de proclamar uma autonomia textual, negando a existência do autor e seu contexto, mas sim de perceber como se configura esta existência. O *contexto* e o *autor* têm existência, nessa perspectiva, somente enquanto elementos textuais, podendo ser percebidos enquanto discursos, relacionados uns aos outros e não a um referente externo³². Nesse sentido, já que não há um sujeito cartesiano como garantia de que recuperar toda a trajetória biográfica do autor permitirá *decifrar* o texto, será mais positivo analiticamente compreender como o autor está dado *no texto*, não como tentativa de ocultação, mas como estratégia de legitimação, de constituição de si, dentro do lugar de sujeito que lhe confere a autoridade de enunciar determinado discurso³³.

Essas balizas conceituais permitem uma abordagem específica de como será entendido o termo *obra* nesta pesquisa. Assume-se que a *obra* não pode ser encarada como uma materialidade preexistente à operação interpretativa, visto que a suposta unidade da obra conduzirá sempre à armadilha da unidade do autor.³⁴ Não se trata, assim, de analisar a estrutura linguística do texto, ou mesmo descrever a “verdadeira” intenção do autor ou desvelar um “sentido oculto” que haja no texto. Assim, se tanto a obra, o contexto e o autor só podem ser percebidos a partir do momento que se configuram textualmente, o discurso é o objeto privilegiado da análise, não sendo o principal objetivo aqui “interpretar” o discurso, emitindo um juízo sobre ele:

³¹ Esses mitos acadêmicos da possibilidade de “resgate da intencionalidade do autor” e do texto portador de um “sentido único” já foram exemplarmente questionados. Cf. a este respeito: Michel Foucault, 2000, *op. cit.*, pp. 108-112. Cf. também Pedro Luís Navarro-Barbosa. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: Vanice Sargentini, Pedro Navarro-Barbosa (orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, pp. 104-107. Dominick LaCapra. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: Dominick LaCapra, David Kaplan (orgs.). *Modern European Intellectual History*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1982, pp. 47-85. David Harlan. A História Intelectual e o retorno da Literatura. In: Margareth Rago (org.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas: EdUnicamp, 2000, pp. 25-52. João Feres Jr. De Cambridge para o mundo, historicamente: Revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, 2005, pp. 655-680.

³² Michel Foucault, O que é um autor? In: _____. *Ditos e escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 264-298.

³³ Cf. Michel Foucault, 2000, *op. cit.*, p. 61, 84-85.

³⁴ Cf. Cesar Candioto, Foucault e a crítica do sujeito em História. In: *Revista Aulas*. Nº 3, 2007, pp. 13-19.

Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. (. . .) Interpretar é uma maneira de reagir à pobreza enunciativa e de compensá-la pela multiplicação do sentido; uma maneira de falar a partir dela e apesar dela. Mas analisar uma formação discursiva é procurar a lei de sua pobreza, é medi-la e determinar-lhe a forma específica³⁵.

Se não existem nem o autor como totalidade, nem a obra como categoria fixa preexistente, tampouco o contexto como estrutura “por trás” do texto, mas inserido nele, de forma alguma podem ser essas três categorias o determinante último de um suposto sentido unívoco do texto. Assim sendo, o que é importante para esta pesquisa especificamente é a efetividade da obra de Arthur Cézár Ferreira Reis.

Esta dissertação divide-se, então, em três capítulos.

No primeiro deles, realizar-se-á uma problematização do conceito Amazônia que conformará a abordagem da produção historiográfica de Arthur Reis. Apoiou-se em grande medida neste capítulo na obra *A invenção do Nordeste e outras artes*³⁶, do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. Nesse livro, valendo-se do aporte teórico foucaultiano, o autor problematiza o conceito *Nordeste*, procurando desnaturalizá-lo, encarando-o como um objeto de saber que é *inventado* no início do século XX por vários *discursos*: sociológico, artístico, literário.

Intentou-se nesse primeiro capítulo, guardadas as devidas proporções, em aplicar a proposta de Durval Albuquerque Jr. para o conceito de *Nordeste* ao conceito de Amazônia. Nesse sentido, foram também fundamentais para tal empreitada as propostas e conclusões da dissertação de mestrado de Marco Aurélio Coelho de Paiva intitulada *A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930)*³⁷. Utilizando largamente a abordagem de Pierre Bourdieu, o autor da dissertação chega a conclusões

³⁵ Michel Foucault, 1986, *op. cit.*, p. 109.

³⁶ Durval Muniz de Albuquerque Jr. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora; Recife: FJN, Editora Massangana, 1999.

³⁷ Marco Aurélio Coelho de Paiva. *A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930)*. Dissertação de Mestrado, FFCHL/USP, 2000.

relativamente semelhantes às de Durval Muniz de Albuquerque Jr., neste caso, analisando a gênese de um discurso regionalista no Amazonas.

No segundo capítulo, balizado pela proposta teórica apresentada no capítulo anterior, procede-se à análise de alguns livros publicados por Arthur Reis. O objetivo de tal análise não é o de emitir um juízo de valor a respeito da produção do autor, ponderando sobre seu *nível de veracidade* ou a *precisão histórica*, mas buscar perceber como a sua obra contribuiu para consolidar a Amazônia como um espaço dotado de uma cultura e um passado específicos.

O terceiro capítulo parte da hipótese de que a narrativa histórica construída pelo autor, principalmente o seu olhar positivo em relação ao processo colonizador lusitano, permite-lhe propor que a mais adequada proposta de desenvolvimento para a região seria a retomada, no presente, do modelo colonizador lusitano, que teria sido interrompido e permanecia inacabado.

Capítulo I

Aproximadamente, desde o final do século XIX, intelectuais de diferentes interesses têm produzido textos sobre a Amazônia. Não seria novidade afirmar que tal vocábulo desperta ideias muito diversas, às vezes conflitantes, e está plenamente disseminado no senso comum: de músicas populares a telenovelas e pacotes turísticos. Não há dúvidas, inclusive, que a Amazônia é um objeto consolidado na pesquisa acadêmica. Para mostrar apenas um exemplo, a Universidade Federal do Amazonas dispõe de um Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia¹.

Pesquisam-se temas voltados para a Amazônia contemporânea, a Amazônia imperial, a Amazônia colonial e a Amazônia pré-colombiana. Produzem-se teses sobre os índios da Amazônia, os povos da Amazônia, a cultura da Amazônia, a geografia da Amazônia, a história da Amazônia.

Neste capítulo, tentar-se-á perceber a Amazônia não como esta região brasileira que parece ter uma existência desde sempre e inquestionável, mas sim como um conceito que possui uma historicidade, tendo sido recortado, localizado, classificado, definido, instituído, dotado de uma história, de uma cultura, a partir de um determinado momento, através de certos procedimentos práticos e intelectivos que lhe deram consistência ao longo do tempo.

¹ Cf. Nelson Matos de Noronha. Sociedade e Cultura na Amazônia: notas sobre o trabalho multidisciplinar na pesquisa e na pós-graduação. Manaus: EDUA, 2008.

Representação e realidade

Para dar conta da historicidade da Amazônia, parte-se do pressuposto teórico de que aquilo que entendemos como “real” ou “realidade” é construído socialmente através da *representação*. Este conceito, que ao longo do séc. XX permaneceu como um termo vago no senso comum das ciências humanas ganhou, recentemente, apuro teórico na pena de dois importantes autores: o sociólogo Pierre Bourdieu e o historiador Roger Chartier.

No final dos anos 1970, Bourdieu publicou um artigo que se tornou seminal, a respeito da construção da ideia de região² nas ciências sociais em geral. Para dar conta deste objetivo, acabou por discutir o conceito de representação. De acordo com o sociólogo francês, o pesquisador que se volta ao estudo da identidade regional ou étnica não deve partir em busca de “critérios objetivos” que a definiriam (como língua, dialeto ou sotaque), tendo em vista que estes são objeto de “representações mentais”:

Só se pode compreender esta forma particular de luta das classificações que é a luta pela definição da identidade ‘regional’ ou ‘étnica’ com a condição de se (. . .) romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exactamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais (e até mesmo no sentido de delegações encarregadas de organizar as representações mentais).³

O historiador francês Roger Chartier utiliza tal perspectiva em sua exposição das ferramentas teóricas da História Cultural: para ele, a representação é justamente aquilo que dá sentido ao mundo em que vivemos, numa via de mão dupla entre *representação* e *prática*: o discurso é produzido socialmente e o social é construído discursivamente. Assim como Pierre Bourdieu, Chartier busca superar a oposição representação/ realidade, para ele decorrente do que chama de “tirania do social”, ou seja, o cultural analisado por categorias sociais tidas como pré-existentes. Para o autor, conviria mais “considerar essas

² Pierre Bourdieu. *A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região*. In: Idem. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 107-132.

³ Ibid., p. 113.

representações coletivas como matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social”⁴.

A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força. Essa história define a construção do mundo social como o êxito (ou o fracasso) do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos – e sobre os outros – para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida (ou negada)⁵.

A importância do conceito de representação para Roger Chartier está em sua capacidade de análise, pois permite o exame de três realidades: em primeiro lugar, das representações com as quais os indivíduos organizam seus esquemas de percepção e classificam, julgam e agem no mundo; em segundo lugar, das formas “objetais” – para usar o termo de Pierre Bourdieu – que conformam identidades coletivas e, por fim, a análise daqueles que detém o privilégio de estabelecer a coerência e a estabilidade das identidades coletivas assim afirmadas⁶.

São as abordagens de Bourdieu e Chartier, assim, que fornecem a precisão teórica para a análise do processo de construção do conceito de Amazônia como um complexo sistema simbólico.

No caso específico desta pesquisa, a produção historiográfica de Arthur César Ferreira Reis é entendida, como um peça-chave no processo de definição e classificação da identidade regional, daquilo que Pierre Bourdieu chama de “arena da luta das classificações”⁷, visto que o próprio autor foi legitimado ao longo do tempo como um representante autorizado a legislar sobre a coerência e a estabilidade desta identidade regional chamada *Amazônia*.

⁴ Roger Chartier. *O mundo como representação*. Estudos Avançados. Campinas: Unicamp, 11(5), 1991, pp. 173-191.

⁵ Roger Chartier. Introdução geral. In: Idem. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p 11.

⁶ Roger Chartier, op. Cit., 1991, p. 183-184.

⁷ Pierre Bourdieu, op. Cit., p. 114-117.

Michel Foucault e a historicidade radical

Buscou-se aprofundar e reforçar este aporte teórico, incluindo vários conceitos propostos por Michel Foucault⁸, visto que este autor propôs uma historicidade radical⁹ ao afirmar que os objetos estudados pelo historiador não teriam uma existência prévia, e seria o próprio trabalho do historiador que os recortaria e os instauraria. Em suas palavras,

não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. O objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações¹⁰.

Da mesma forma que Pierre Bourdieu e Roger Chartier, Foucault não está afirmando que “o real não existe” ou que os objetos seriam mero fruto da imaginação dos historiadores, mas que eles são frutos de práticas discursivas¹¹, ou seja, o historiador realiza um trabalho de recorte e seleção, partindo de rastros deixados pelo passado, que instaura os objetos; procedimento esse que nunca é arbitrário, mas condicionado por práticas não discursivas que condicionam sua produção, pois, conforme Foucault,

as condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa ‘dizer alguma coisa’, e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentescos com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições (. . .) são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e essas relações não estão presentes no

⁸ Juntamente com Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Mikhail Bakhtin, Michel Foucault é listado pelo historiador inglês Peter Burke como um dos pilares teóricos que fundamentam a chamada História Cultural. Cf. Peter Burke. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Nota-se, entretanto, que “História Cultural” não denomina uma linha historiográfica homogênea: há muitas divergências e discussões teóricas entre autores identificados com tal tendência.

⁹ A expressão é da historiadora Margareth Rago em: *As marcas da pantera: Foucault para historiadores. Resgate*. Campinas, Centro de Memória da UNICAMP, n. 5, pp. 22-32, 1993.

¹⁰ Michel Foucault. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 51.

¹¹ Para Foucault, *discurso* não deve ser entendido como uma categoria semântica, como aquilo que é dito, mas sim dentro de uma dimensão prática. Cf. Michel Foucault, *op. cit.*, p. 55.

objeto; não são elas que aparecem quando se faz sua análise (. . .), elas não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreduzibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade¹².

Essa desnaturalização do objeto e a percepção de sua historicidade permitem, conforme Margareth Rago¹³, entender os objetos em sua singularidade, não sendo possível estabelecer nem uma origem e uma essência original, tampouco um encadeamento linear que projete retroativamente o objeto. Não é, por exemplo, possível fazer a *história da prostituição* ou a *história das cidades* ao longo dos séculos, visto que isso seria incorrer num anacronismo. Não há uma continuidade, com um referente de fundo permanente, que seria diferentemente nomeado ao longo do tempo.

Assim, ao voltar-se para o conceito em questão neste capítulo, não seria possível entender a Amazônia como um dado atemporal, naturalizado, que existiria desde uma *visão inaugural*, estabelecida pelos primeiros relatos dos europeus, e chegando até o presente como um acúmulo secular de representações. Pretende-se, assim, fazer uma análise que tente aproximar-se do momento em que a Amazônia foi recortada e instaurada enquanto um *objeto de saber*, e de como esse objeto foi adquirindo consistência.

A invenção do Nordeste

A par dessas considerações teóricas iniciais, embasar-se-á a reflexão sobre a construção do conceito de *Amazônia* a partir de algumas conclusões do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr.¹⁴, em seu estudo sobre a *invenção do Nordeste*, ou seja, a emergência do Nordeste enquanto objeto de saber. O objetivo é buscar fazer um paralelo da construção do conceito de Nordeste com a construção do conceito de Amazônia, guardadas as devidas proporções e limites comparativos.

¹² Michel Foucault, *op. cit.*, p. 51.

¹³ Margareth Rago, *op. cit.*

¹⁴ Durval Muniz de Albuquerque Jr. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora; Recife: FJN, Editora Massangana, 1999.

Durval Muniz de Albuquerque Jr., reflete sobre o surgimento do nacionalismo como condição de possibilidade da invenção da Nação brasileira, e do regionalismo como condicionador do surgimento de recortes espaciais e discursivos como o Nordeste e a Amazônia.

O que condicionaria o pensar em regiões seria primeiramente o pensar em nações. Durval Muniz de Albuquerque Jr. discorre sobre o que chama de *dispositivo das nacionalidades*¹⁵. Dispositivo, no caso, é um conceito foucaultiano que pode ser definido como o conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não discursivas e a relação estabelecida entre elas, relações estas que permitem justificar práticas ou reinterpretá-las com a finalidade de, num determinado momento histórico, oferecer respostas a alguma demanda social, política ou econômica.¹⁶ O *dispositivo das nacionalidades* definiu, desde fins do séc. XVIII, mecanismos de delimitação territorial (estabelecimento de fronteiras), de homogeneização de relações sociais (de exclusão do heterogêneo, por consequência) e centralização da dominação (o Estado *colado* à Nação), a fim de dar suporte e sentido à ideia unívoca de *Nação*:

O problema das nacionalidades se afirma, a partir do declínio da concepção universalista da Igreja Católica e sua superação pela concepção individualista e particularizante do liberalismo, após a Revolução Francesa. A vitória do Estado Nacional sobre a Igreja se completa com a captura por parte daquele da noção de sagrado, ao sacralizar o espaço que domina e o território onde exerce seu governo: a nação¹⁷.

É assim que somente no século XIX pode-se falar no *povo*, entendido como o conjunto daqueles que habitavam, por direito natural, certo território nacional. E essa concepção naturalista de povo como uma entidade viva, conduz à ideia de *raça nacional*, não no sentido biológico, mas da existência de um *espírito do povo*, uma essência da *cultura nacional*, que definiria a nação e a singularizaria entre as outras nações. É esse dispositivo das nacionalidades, que, articulando território, habitantes e Estado, que regula a

¹⁵ *Ibid.*, p. 27.

¹⁶ Cf. Michel Foucault. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1997, p. 244.

¹⁷ Durval Muniz de Albuquerque Jr. *A moldura das nacionalidades: a construção imaginária da nação brasileira no século XX*, pp. 2-3. Disponível em http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/Brasil500.pdf Acessado em: 13/08/2010.

necessidade da procura de símbolos que deem visibilidade e suporte a essa nação que é, necessariamente, *imaginada*¹⁸: costumes, tradições, língua, arte, cultura, natureza, geografia, história¹⁹.

No Brasil, isso acontece após o peculiar processo de independência – em que a separação colônia-metrópole é conduzida por um membro da própria Coroa metropolitana –, que dá continuidade à estrutura estatal que havia sido montada desde 1808, quando a Corte lusitana se mudara para a sua colônia americana. A chamada *independência* não significaria uma ruptura política, econômica e social com Portugal. Como Monarquia parlamentar, o Brasil mantém a escravidão e a agricultura de exportação, ambas controladas pela mesma elite agrária que, associada à administração metropolitana, firmou-se durante a colônia. O processo de consolidação do Brasil como *nação* não ocorre somente no plano político, de organização burocrática. Este necessita embasar-se enquanto território, povo e nacionalidade, buscando estabelecer uma coesão e uma unidade que não existiam²⁰.

No Brasil, a instituição que se ocupará primordialmente dessa tarefa de construir a nação será o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, a partir do modelo do Instituto francês. Em texto já clássico sobre o Instituto, Manoel Guimarães²¹ apresenta-o como o lugar privilegiado de agregação dos letrados do Império – militares, burocratas, religiosos, políticos e profissionais liberais, ligados ao *status quo* imperial²² –, que tomaram para si essa missão de definir a identidade e a memória nacional. Esses letrados, vinculados diretamente ao Imperador e sua Corte, buscam construir o Brasil como um país soberano e “civilizado”, herdeiro das tradições da Europa nas Américas.²³

Juntamente a esses debates, os membros do IHGB atribuem a si uma responsabilidade essencial: a de “coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos

¹⁸ Cf. Benedict Anderson. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, pp. 46-56.

¹⁹ Cf. Eric Hobsbawm. *Nações e nacionalismos desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, pp. 15-22.

²⁰ Cf. István Jancsó e João Paulo Pimenta. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: Carlos G. Mota. *Viagem incompleta – a experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 2000, p. 127-175.

²¹ Manoel Luís Salgado Guimarães. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

²² A esse respeito, ver o levantamento prosopográfico realizado por César Augusto Dorighello Jr. *Os indígenas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1873)*. Dissertação de Mestrado, Unesp, 2008, pp. 25-30.

²³ Rodrigo Turin. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, n. 2, p. 12-28, mar/2009.

interessantes à história do Brasil”²⁴. Esse trabalho configura-se no Instituto como um minucioso processo de seleção de fontes com as quais se construiria uma memória específica para a Nação, calcada, sobretudo, no passado colonial remoto, que não questionasse a ideia de continuidade entre a Colônia e o Império. Referências ao passado recente, marcado por revoltas e politicamente conturbado, eram evitadas. A Geografia, e principalmente a História, foram ferramentas primordiais que forneceriam os subsídios para legitimar a tão pretendida imagem do Brasil enquanto Nação civilizada. Como se constata, a preocupação em reunir documentação “confiável” para a escrita futura da história da Nação, não era apenas um interesse intelectual para o Instituto, mas também um interesse político²⁵.

Importante é frisar que esse trabalho de construção de uma memória nacional foi guiado pelo critério fundamental de privilegiar a continuidade colônia-império, sendo a colônia encarada como fundamento, e o império visto como herdeiro. Ao invés de se contrapor à antiga metrópole, atribuía-se ao Brasil o papel de continuador da colonização levada a efeito pelos portugueses. Dessa maneira, quaisquer aspectos do passado que comprometessem a visão de conjunto desta continuidade, ou foram silenciados, ou foram ressignificados a fim de justificar essa continuidade. A figuração da colônia como uma espécie de *proto-Nação*, de Brasil latente, é instituída nesse momento²⁶.

Essa configuração inicial da Nação brasileira deu-se, segundo Durval Albuquerque Jr., dentro de uma *formação discursiva naturalista*²⁷. Formação discursiva, outro conceito foucaultiano usado pelo autor, seria o conjunto de discursos, enunciados, conceitos, objetos, temáticas agrupados dentro de determinado dispositivo por *regras de formação*, definindo aquilo que pode ser dito, como pode ser dito, por quem pode ser dito, de que lugar pode ser dito, quem pode entender/questionar/contrapor o que é dito²⁸. Nessa *formação discursiva naturalista*, o Brasil era pensado como uma nação de natureza

24 Cf. Januário da Cunha Barbosa. Lembrança: do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 1, 1839, pp. 141-1433.

25 Cf. Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Debaxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, jul/set 1995, pp. 517-521.

²⁶ Cf. Rogério Forastieri da Silva. *Colônia e nativismo – a história como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997.

²⁷ Durval Muniz de Albuquerque Jr. Op. cit., 1999, pp. 39-46.

²⁸ Cf. Michel Foucault, op. cit., pp. 42-56, 82-87.

exótica. Se, num primeiro momento, a natureza e os indígenas são representados de modo épico pelo Romantismo, a partir da década de 1870, o debate sobre a identidade nacional começava a ser balizado pelo cientificismo: ideias que vinham da repercussão de teorias elaboradas na Europa, como as de Auguste Comte, Herbert Spencer, Hippolyte Taine, Ernest Haeckel e Thomas Buckle, que mesmo distintas, possuíam um aspecto comum: o da evolução histórica dos povos. Tal evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história. Ao aceitar, como postulado que o simples (povos primitivos) evolui para o mais complexo (sociedades europeias), procurava-se estabelecer leis que presidiriam o progresso das civilizações e em que nível estaria cada uma delas.

Defendia-se, portanto, que a ciência era capaz de produzir um conhecimento objetivo e imediato, um “saber positivo” sobre a realidade. Infiltrando-se na historiografia, na crítica literária e nos estudos sociais, esse cientificismo permitia abordar a Nação brasileira, por exemplo, através do determinismo mesológico de Taine e Buckle, embasado na fórmula de análise composta pela tríade meio natural/raça/momento. O estudo do meio natural procurava identificar a influência exercida pelos aspectos geográficos, ao passo que a questão racial, calcada no *darwinismo social*, relacionava a diversidade de espécies naturais à diversidade das raças humanas, afirmando, por conseguinte, a existência de uma hierarquia das raças humanas. A par desses princípios, seria possível definir as leis que regulavam o desenvolvimento histórico dos povos e nações²⁹.

Nessa inflexão, são repensadas as possibilidades e modos de o Brasil ingressar no âmbito das nações civilizadas e modernas. O fim da escravidão e a proclamação da República aprofundarão esse debate. À elite atribui-se progressivamente o papel paternalista de condutora da nação rumo à sua modernização, cabendo a seus membros tutelarem o processo de *branqueamento*, de *saneamento* e de *educação* do povo “brasileiro” em formação, ainda uma enorme massa de desnutridos, adoentados, indolentes, ignorantes, espalhados pelos desassistidos sertões interiores³⁰. Segundo Durval Albuquerque Jr., o aprofundamento dessas problemáticas no Brasil, após a Primeira Guerra

29 Cf. Lilia Moritz Schwarcz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³⁰ Cf. Nísia Trindade Lima. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

Mundial, levam à emergência da *formação discursiva nacional popular*³¹. O que a diferenciava da formação discursiva anterior? Nas palavras do autor,

o divórcio entre homem e natureza e o rompimento com os códigos da sensibilidade naturalista tornaram possível, em grande parte, ver e dizer a nação de uma nova forma, organizando-a como produto cultural e não mera expressão da natureza. Nação como geografia organizada, como geografia atravessada pela história³².

Não se deve entender essa formação discursiva nacional-popular como uma ruptura total com a formação discursiva naturalista, visto que aquela articula e ressignifica vários enunciados desta última. Contudo, o ponto principal de mudança é que se deixa de procurar a identidade nacional no natural e no biológico. A História e a cultura dão lugar progressivamente às duas categorias anteriores, passando a serem consideradas as ferramentas legítimas para *interpretar* corretamente a Nação, vista agora mais como processo que como categoria estática. Seria necessário entender todo o desenrolar da História brasileira, entender suas origens, sua formação, permitindo assim compreender seus problemas presentes, postulando soluções para o futuro.

Nesse momento, estão em disputa vários discursos, visando atribuir a legítima identidade do Brasil. Para Durval Albuquerque Jr., essa disputa é marcada por um localismo: os recortes regionais pretendem ganhar status de reais definidores da identidade nacional.

Cada discurso regional seleciona elementos e indícios históricos e com eles tece “histórias do Brasil” que instituem um dado sujeito regional como centro da formação da nação, como sujeito do nacional, da nacionalização da história do país e como fundadores de nossa pátria. Criam-se marcos e heróis, mitologias para a “história da civilização brasileira”, como testemunhos da importância histórica decisiva de cada espaço na constituição do país³³.

A afirmação da suposta homogeneidade da identidade nacional só demonstraria as lutas de representação, as disputas discursivas pela construção dessa identidade. O *Nordeste*, na proposta de Durval Albuquerque Jr., é configurado a partir do momento que ocorre uma reordenação espacial do país, fruto de mudanças sociais, políticas e econômicas

³¹ Cf. Durval Muniz Albuquerque Jr. *A Moldura das nacionalidades. . .*, p. 6.

³² *Ibid.*, p. 10.

³³ *Ibid.*, p. 11.

trazidas pelo fim da escravidão e pelo advento da República, marcando a progressiva perda de hegemonia econômica e política por partes das elites do Norte, desde meados do século XIX, e do crescimento do Sul enquanto foco da modernidade, do desenvolvimento industrial e do progresso econômico. Nas palavras do autor,

o Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados. Lança-se mão de topos, de símbolos, de tipos, de fatos para construir um todo que reagisse à ameaça de dissolução, numa totalidade maior, agora não dominada por eles: a nação.³⁴

A seca de 1877-1879 teria sido usada como elemento de institucionalização da região. Fenômeno natural que teria acontecido inúmeras vezes anteriormente, pela primeira vez atingiria profundamente os oligarcas do Norte, passando a ser uma eficaz ferramenta para demandar recursos financeiros federais através da Inspeção de Obras Contra as Secas, criada em 1909. A região vai ganhando contornos específicos a partir de então, até aparecer relativamente estabelecida já na década de 1930:

Essa ideia vai sendo lapidada até se constituir na mais bem acabada produção regional do país, que serve de trincheira para reivindicações, conquistas de benesses econômicas e cargos no aparelho de Estado, desproporcionais à importância econômica e à força política que esta região possui. Mesmo o movimento de trinta será apoiado pelo discurso regional nordestino, como forma de pôr fim à Primeira República, e com ela a hegemonia de São Paulo, estando as forças sociais aí dominantes em condição de barganhar a montagem de um pacto de poder que lhes assegure a manutenção de importantes espaços políticos³⁵.

Para Durval Albuquerque Jr., a fundação do *Centro Regionalista do Nordeste*, em 1924, em Recife, agregou intelectuais, políticos e artistas, que contribuíram sobremaneira para a consolidação da invenção da região Nordeste. É nesse Centro que surge o Movimento Regionalista e Tradicionalista de Recife, que realizou, em 1926, o Congresso Regionalista do Recife, evento importante para a solidificação da ideia de uma região Nordeste cultural e historicamente coesa. Em busca de definir o espaço e a identidade

³⁴ Durval Muniz de Albuquerque Jr. *A Invenção do Nordeste*. . . , p. 67.

³⁵ *Ibid.*, p. 74.

nordestinos, são agrupadas memórias, linguagens, experiências, costumes, no afã de reforçar a existência de uma essência homogênea do regional.

A emergência da Amazônia como objeto de saber

A par das reflexões encetadas nas páginas precedentes, pode-se agora tentar propor de modo mais específico algumas observações que levarão a pensar, não sobre a *origem*³⁶ da Amazônia, mas sobre as condições que possibilitaram o aparecimento deste recorte espacial e discursivo. Muito embora o termo Amazônia apareça com certa frequência em textos de finais do século XIX, para definir a bacia do Rio Amazonas ou o território das Províncias do Pará e do Amazonas³⁷, propõe-se aqui que a Amazônia como um recorte espacial específico que agruparia características designando um “todo” regional, só iniciará a ser articulado mais especificamente em finais da década de 1910 e ao longo da década de 1920.

Embasa-se essa proposição em conclusões de Marco Aurélio Coelho de Paiva³⁸, que em sua dissertação de mestrado intitulada *A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930)*, estuda a gênese de três instituições no Amazonas no início do séc. XX (no caso, a Universidade Livre de Manaus, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e a Academia Amazonense de Letras). Semelhantemente às oligarquias agrárias nordestinas que utilizam a seca como ferramenta política³⁹, para Marco Aurélio Paiva, os “diversos atores políticos e intelectuais locais, com vistas a explicar as raízes da crise”, elegem a “perda do monopólio sobre a extração do material gomífero para a Ásia”⁴⁰ como explicação para a crise. Para o

³⁶ A esse respeito, cf. Jadson Gonçalves. Foucault, a descontinuidade histórica e a crítica da origem. *Revista Aulas: Dossiê Foucault*. São Paulo: Unicamp, n. 03, dezembro 2006 / março 2007.

³⁷ Cf. Luiz Rodolpho Cavalcanti de Albuquerque. *A Amazônia em 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. José Coelho da Gama Abreu, barão de Marajó. *A Amazônia: as províncias do Pará e Amazonas, e o governo central do Brasil*. Lisboa: Livraria Antiga e Moderna, 1883. José Coelho da Gama e Abreu, barão de Marajó. *As regiões amazônicas: estudos corográficos dos estados do Grão-Pará e Amazonas*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1895. Frederico José de Santa-Anna Nery. *Le pays des Amazones, l'Eldorado, les terres à caoutchouc*. Paris: L. Frinzine, 1885. José Veríssimo. *As populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes*. RIHGB, Rio de Janeiro, t. 50, v. 74, parte I, 1887.

³⁸ Marco Aurélio Coelho de Paiva. *A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930)*. Dissertação de Mestrado, FFCHL/USP, 2000.

³⁹ Cf. Durval Muniz de Albuquerque Jr. *A invenção do Nordeste*. . . , p. 37-46.

⁴⁰ Marco Aurélio Coelho de Paiva, *op. cit.*, p. 48.

autor, um discurso regionalista sobre a Amazônia é instaurado a partir de então como reação à crise econômica decorrente da queda das exportações da borracha amazônica que afetara significativamente as oligarquias amazonenses. Em suas palavras,

a necessidade de vislumbrar uma nova alternativa não só econômica mas também política e cultural para a região em crise, e para a cidade de Manaus em particular, e, com isso, recolocá-la e readaptá-la no âmbito de um novo contexto nacional e internacional, constituiu o fator propulsor para as elites manauaras decadentes tentarem reformular o conjunto de investigações acerca da Amazônia e, nesse bojo, aglutinar os setores intelectuais aí existentes⁴¹.

É sintomático então que, justamente nesse momento – em que os intelectuais no Amazonas articulam-se em torno de um projeto intelectual que busca dar visibilidade à região então imersa numa profunda crise econômica desde o começo do século –, criem-se instituições que agrupam intelectuais nativos legitimados para efetivar esse processo de construção da Amazônia enquanto um recorte espacial com características específicas, inserindo essa construção de uma identidade regional no debate maior da construção da identidade nacional no período.

O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), fundado em 1917, e a Academia Amazonense de Letras (AAL), fundada em 1918, funcionaram como locais de consagração e legitimação dos sujeitos autorizados a se pronunciar a respeito da região. Agregando escritores, professores, jornalistas e polígrafos em geral, tanto os que já tinham uma atuação na vida cultural da cidade desde a época do fausto gomífero, na imprensa ou no magistério, quanto àqueles que se alinharam posteriormente a este projeto intelectual, essas instituições, ao longo da primeira metade do séc. XX, irão fundar uma tradição de pensamento social que contribuirá para dar consistência a esse objeto de saber chamado Amazônia⁴².

É justamente a partir daí que se iniciam as disputas intelectuais pela definição da identidade regional. Por exemplo, da década de 1930 em diante, cresce no Amazonas a produção de textos que buscam constituir um cânone de autores e obras “essenciais” para compreender-se a Amazônia. Conforme Marco Aurélio Coelho de Paiva⁴³, obras como A

⁴¹ *Ibid.*, 46-47.

⁴² *Ibid.*, p. 128.

⁴³ *Ibid.*, p. 24.

*intelectualidade no Extremo Norte*⁴⁴ (1934), de Anísio Jobim, *Intérpretes da Amazônia*⁴⁵ (1935), de Péricles Moraes, e *Letras da Amazônia*⁴⁶ (1938), de Djalma Batista, efetuam tais listagens de biografias e obras de autores, na intenção de consolidar uma tradição literária progressista que pudesse servir de legitimadora da posição destes intelectuais enquanto herdeiros dessa tradição, e, por conseguinte, como sujeitos autorizados a manifestarem-se sobre a Amazônia.

No centro dessa tradição intelectual, o nome de Euclides da Cunha vai sendo estabelecido praticamente de forma unânime como o pilar fundamental a partir do qual se devia partir para definir a Amazônia.⁴⁷ Djalma Batista, por exemplo, afirma que a região, antes de Euclides, “era conhecida consoante a sua própria expressão, aos fragmentos. (. . .) Foi Euclides quem lhe deu nexos, traçando diretrizes seguras aos estudos amazônicos”.⁴⁸

Já Péricles Moraes apresenta Euclides da Cunha como referência obrigatória. Para este autor, Euclides, ao combinar arte e ciência, teria sido o único a se aproximar de uma visão total da Amazônia, uma região gigantesca, misteriosa e quase impenetrável que, teria sido percebida quase sempre fragmentariamente. Dessa maneira, Péricles Moraes elege a obra de Euclides da Cunha como um marco inicial no conhecimento sobre a Amazônia, e somente à sua sombra poderia ser possível escrever algo sobre a região visto que era “o primeiro monumento que se vislumbra no horizonte literário amazônico”.⁴⁹

Realiza assim em seu texto um trabalho de depuração dos autores que publicaram depois de Euclides da Cunha: elogiando aos que se aproximaram do estilo hiperbólico e suntuoso de Euclides, e tecendo críticas a autores menos ortodoxos, tanto na linguagem quanto na posição política. Romancistas como Alberto Rangel, autor de *Inferno*

⁴⁴ Anísio Jobim, *A intelectualidade no extremo norte; contribuição para a história da literatura no Amazonas*. Manaus: Livraria Clássica, 1934.

⁴⁵ Péricles Moraes, *Os intérpretes da Amazônia*. Manaus: Valer, 2001, pp. 15-65.

⁴⁶ Djalma Batista. *Letras da Amazônia*. In: _____. *Amazônia – cultura e sociedade*. Manaus: Valer, 2003, pp. 11-66.

⁴⁷ Vale observar que a consagração intelectual de Euclides da Cunha seguiu-se à publicação de *Os Sertões* (1903). No momento em que Anísio Jobim, Djalma Batista e Péricles Moraes publicaram seus textos, Euclides da Cunha já era um autor reconhecido pela crítica da época como intérprete do Brasil. A esse respeito, cf. Francisco Venâncio Filho. *Euclides da Cunha, ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: ABL, 1931. Alfredo Wagner B. de Almeida. Uma genealogia de Euclides da Cunha, in: Gilberto Velho (org.). *Arte e Sociedade. Ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. José Carlos Barreto de Santana. *Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência*. História, Ciências, Saúde—Manguinhos, vol. VI (suplemento) 901-917, setembro 2000.

⁴⁸ Djalma Batista. Op. cit., p. 22.

⁴⁹ Péricles Moraes, op. cit., p. 17.

Verde (1908), Alfredo Ladislau, autor de *Terra Imatura* (1923) e Ramayana de Chevalier, autor de *No circo sem teto da Amazônia* (1935), recebem o aval de Péricles Moraes por serem exemplos de seguidores de Euclides da Cunha, ao passo que Abguar Bastos e Francisco Galvão, que publicaram respectivamente *A Amazônia que ninguém sabe* (1932) e *Terra de Ninguém* (1934), por terem apresentado “exageros modernistas e ideias subversivas”⁵⁰ (leia-se vinculadas ao comunismo), seriam maus exemplos de intérpretes da Amazônia.

Allison Silva⁵¹ observa que, no afã de estabelecer uma tradição literária, Péricles Moraes ignorou obras anteriores a Euclides como *A muhraidá* (1785), poema épico de Henrique João Wilkens, do romance *Simá* (1857), de Lourenço da Silva Araújo Amazonas, e também do romance *Os selvagens* (1875), de autoria de Francisco Gomes de Amorim. Para Silva,

obras como essas, de grande importância histórica, provavelmente não eram desconhecidas por Péricles Moraes, mas certamente destoavam da linhagem que o crítico procurava estabelecer no Amazonas. (. . .)Se os romances românticos centralizam a figura do homem na narrativa, eles cometem o pecado imperdoável de não destacar o tema que diferenciaria a prosa amazonense das demais: a natureza. No mercado de identidades, Péricles crê que o genuíno da região é aquilo que desafia a compreensão do estrangeiro, e assim, desafiador, deve permanecer.⁵²

Na contramão da proposta de Péricles Moraes, o médico Araújo Lima buscou, através de sua obra *A Amazônia, a terra e o homem* (1933), superar o que acreditava ser uma visão mistificada sobre a região. Já em 1929, o autor havia publicado um artigo – que viria a integrar um dos capítulos de *A Amazônia, a terra e o homem* – intitulado “No reino das Náíades”, em que criticava tal visão:

A opinião crítica (. . .) tem oscilado sempre, ao definir a região amazônica, entre os arroubos de exaltação otimista e os libelos de um pessimismo fulminador. (. . .) Desse erro de visão atordoada sobressaem as lendas, as fábulas, as superstições, toda essa trama de percepções errôneas e deformadas, que a ignorância e o pavor inspirado por tais paragens fantásticas entretencem no cérebro dos observadores

⁵⁰ *Ibid.*, p. 36-43.

⁵¹ Allison Marcos Leão da Silva. Representações da natureza na ficção amazonense. Tese de Doutorado, FL/UFMG, 2008, pp. 21-30.

longínquos e desavisados. (. . .) Em sã verdade, a região é mal vista, pouco conhecida, erroneamente interpretada. (. . .) O homem só, escoteiro, sem guia; sem saúde nem cultura; sem defesa nem proteção; sem preparo nem prévio trabalho adaptativo, o homem do Amazonas campeia naqueles cenários como um gigante, inconsciente de sua bravura, a afrontar, e a vencer, a natureza hostil e agressiva. Foi o violador de um mistério geográfico; foi o desvirginador dessas matas sombrias; foi o decifrador do enigma em que a natureza dissimulou os riscos mais temíveis sob a aparência imponente da mais fascinadora obra da criação⁵³.

Note-se o choque entre o discurso literário de Péricles Moraes e o discurso científico-sociológico de Araújo Lima, na disputa por definir as características da região. Contrapondo-se ao que considerava serem preconceitos geográficos, climáticos e raciais, que condenavam a região a um grau de civilização inferior, Araújo Lima propunha recuperar o elemento humano: sua incapacidade não seria uma característica inata, mas uma decorrência da má alimentação e da má formação cultural do homem amazônico⁵⁴.

Araújo Lima inclusive contrapõe-se às análises euclidianas, que viram a região como “terra sem história”, “última página do Gênesis”, onde o homem não seria mais do que um “intruso” ante a grandiosidade da natureza⁵⁵. Segundo Marco Aurélio Coelho de Paiva, intelectuais como Araújo Lima buscavam dialogar com um repertório de saberes anterior, realizando uma série de reiteraões, reconfigurações e deslocamentos de estereótipos, estigmas e imagens a fim de ressignificá-los em sua construção da região⁵⁶.

⁵² Ibid., p. 32.

⁵³ Araújo Lima. *Amazônia, a terra e o homem*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1975, pp. 47-51.

⁵⁴ Ibid., pp. 55-63.

⁵⁵ Cf. Euclides da Cunha. *À margem da história*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

⁵⁶ Cf. Marco Aurélio Coelho de Paiva. *Identidade Regional e folclore amazônico na obra de Mário Ypiranga Monteiro*. 1ª ed. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2002.

Capítulo II

A obra de Arthur Reis está inserida no processo de luta de representações pela definição da identidade regional apresentado no capítulo anterior e que a partir do início do séc. XX passou a construir discursivamente a Amazônia enquanto região. Através do discurso histórico-sociológico, Arthur Reis produzirá uma obra que buscará instituir, para a Amazônia, ancestrais fundadores, um panteão de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, além de uma paisagem e uma espacialidade, procedendo, enfim, à naturalização dos atributos que serão associados à região.

A produção historiográfica de Arthur Reis relaciona-se a todo o contexto de transformações históricas que redimensionam a sociedade brasileira entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX. Seu discurso é aqui entendido como desdobramento do novo processo de ver, dizer e pensar o regional e o nacional, configurado no interior de uma nova formação discursiva, a nacional-popular, descrita no capítulo anterior. O objetivo deste capítulo, portanto, é analisar a efetividade desse discurso historiográfico na consolidação de, principalmente, um passado específico para a Amazônia.

Conforme visto no capítulo anterior, dentro da formação discursiva nacional-popular que emerge após a guerra de 1914, a nacionalidade brasileira passa a ser pensada

cada vez menos por um viés naturalista, que se baseava nos fatores geográficos e raciais para explicar o país, e a identidade nacional passa a ser buscada na história e na cultura¹.

O processo de construção das identidades nacional e regional no Brasil não se dá de forma homogênea ou unívoca, mas abre campos de disputa política e intelectual sobre qual seria a matriz regional básica da nacionalidade brasileira. Cita-se, por exemplo, Cassiano Ricardo, líder do Movimento Verde-Amarelo, que, em sua obra *Marcha para Oeste*² (1940), propõe a influência do bandeirantismo paulista na formação social e política do Brasil. Alceu Amoroso Lima, por sua vez, advogou a *mineiridade* como base da identidade nacional brasileira³. Já Gilberto Freyre apresenta a sociedade patriarcal dos engenhos de açúcar como célula original da nação⁴.

Como a cultura era ponto importante no Estado Novo, os ideólogos do regime buscaram apropriar-se dessas proposições regionalistas, desarmando-as de suas características localistas, na intenção de utilizá-las como reforço da composição da ideia de uma unidade nacional homogênea. Porém, não obtiveram sucesso pleno, visto que as disputas pela definição da matriz da identidade nacional brasileira permaneceram até pelo menos o início dos anos 1960, ou seja, a homogeneização identitária nacional se deu durante o Estado Novo apenas no nível de projeto. Contudo, foi notável a aceitação, a partir de meados dos anos 1930, da proposta regionalista de Gilberto Freyre do Brasil como um continente formado por arquipélagos culturais e da diversidade regional como articuladora da identidade nacional⁵.

Os principais pontos de tal proposição já podiam ser encontrados no Manifesto Regionalista de 1926. Esse Manifesto, em clara disputa com as propostas do Modernismo paulista de 1922, buscou apresentar as regiões como unidades onde se estabeleceram as

¹ Cf. Durval Muniz de Albuquerque Jr. *A moldura das nacionalidades: a construção imaginária da nação brasileira no século XX*. Disponível em http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remessas/Brasil500.pdf Acessado em: 13/08/2010, p. 10; e _____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora; Recife: FJN, Editora Massangana, 1999, p. 93.

² Cassiano Ricardo. *Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

³ Alceu Amoroso Lima. *Voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.

⁴ Gilberto Freyre. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

⁵ Cf. Almir de Andrade. *Aspectos da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1939.

raízes das características nacionais⁶. Assim, para Gilberto Freyre, o nacional deveria ser estudado regionalmente, “sem o sacrifício do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem”,⁷ ou seja, num país de dimensão continental como o Brasil, o natural e o cultural encarregavam-se de estabelecer as subdivisões. A proposta conciliatória do autor pernambucano parecia uma excelente saída para se articular as diferentes proposições identitárias: “as diferentes regiões se conciliam através do lusismo, comum, com o universalismo essencial”.⁸

Arthur César Ferreira Reis, historiador.

Parte-se da hipótese de que a opção de Arthur Reis pela História e sua especialização na história da Amazônia, tem menos a ver com o fato de ser amazonense ou ser algum vocacionado para o ofício de historiador do que com as possibilidades de estabelecimento e consagração no campo intelectual da época e também da efetividade política e intelectual que o discurso historiográfico passou a adquirir no período⁹.

O ofício de historiador, ao longo das décadas de 1930 e 1940, ganhou contornos mais definidos, com a difusão do método crítico, ao mesmo tempo em que a atividade historiográfica ganhou considerável relevância na tarefa de construir uma “consciência nacional”¹⁰. Por um lado, ocorre o estabelecimento de um panteão de autores e obras de História, onde Francisco Adolfo Varnhagen e João Francisco Lisboa são reconhecidos como “pais fundadores” da historiografia no Brasil. Por outro, o nome de Capistrano de Abreu é consagrado como o de “pai da moderna historiografia brasileira” e, a partir disso, delineia-se uma distinção do que seria a História e o ofício de historiador moderno. Segundo Ângela Gomes,

⁶ Ruben George Oliven. *O nacional e o regional na construção da identidade brasileira*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 2, Out. 1986, pp. 68-84.

⁷ Gilberto Freyre. *Manifesto Regionalista de 1926*. Recife: Edições Região, 1952, p. 88.

⁸ Gilberto Freyre. *Continente e ilha*. In: Problemas brasileiros de Antropologia. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942.

⁹ Marco Aurélio Coelho de Paiva. *O Papagaio e o Fonógrafo. A Amazônia nos prosadores de ficção (1908-1931)*. Tese de Doutorado, FFCHL/USP, 2008, p. 34-37.

são enquadrados como trabalho de historiador tanto a narrativa que resulta da pesquisa documental, de localização e edição de documentos e ensaios históricos, de redação de compêndios voltados para um público escolar, e até mesmo a elaboração dos verdadeiros e bons romances históricos. Obras com finalidades distintas — a pesquisa, o ensino e a divulgação mais ampla — constituem um conjunto no qual não se sente hierarquizações maiores. (. . .)

O que distinguiria fundamentalmente o trabalho historiográfico daquele realizado por outros intelectuais seria essa relação da pesquisa, da crítica e da interpretação de fontes, que exigia a identificação, a classificação e o uso dos documentos¹¹.

A obra de Arthur Reis é marcada por esse meio caminho entre método crítico e civismo pedagógico, característica principal da historiografia praticada nesse momento. Ao mesmo tempo em que acredita e defende a ideia do Brasil como uma unidade territorial e histórica, que articula Colônia, Império e República numa linearidade, o faz acreditando que essa reconstrução do passado só pode ser comprovada pelas fontes.

Renan Pinto observa que a relação de Arthur Reis com as fontes, a seleção dos documentos e o uso que faz deles, está marcado por posicionamentos que “subordinariam a objetividade do método a determinados posicionamentos de valor”¹² que prejudicariam a compreensão do processo histórico: sua escrita da história da Amazônia, privilegiando o caráter civilizatório da conquista portuguesa da Amazônia na criação de uma sociedade regional seria estreita demais, não tendo o autor trabalhado satisfatoriamente as relações e vinculações dessa história com contextos maiores, como o da própria história do Brasil, da América e do mundo ocidental em geral.

Da mesma maneira, Mauro César Coelho e Jonas Queiroz constatam que, muito embora Arthur Reis baseasse suas pesquisas em um levantamento de fontes cuidadoso e fosse um historiador preocupado em encontrar a *verdade dos fatos*, conforme prescrevia o método crítico então em voga, a sua ideia de verdade estava profundamente marcada pelo posicionamento político conservador adotado por ele, levando-o a supervalorizar o papel do

¹⁰ Cf. Ricardo Benzaquen de Araújo. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 28-54, e Leticia Borges Nedel. Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos. *Revista Anos 90*. Vol. 11, nº 19/20, Porto Alegre, 2004, pp. 315-350.

¹¹ Ângela de Castro Gomes, *op. cit.*, p. 99.

¹² Renan Freitas Pinto, *op. cit.*, pp. 149-150.

Estado como agente histórico por excelência e a aceitar, sem maiores reservas, a documentação estudada como “retrato fiel do vivido”:

As fontes foram entendidas como um reflexo do vivido. Seu procedimento analítico percebeu os elementos de ligação entre os diversos fenômenos como sendo aqueles apontados pelos textos. A ideia de um contexto, de uma lógica subjacente, de uma determinação organizadora dos fenômenos ou mesmo a visão dos registros documentais como uma construção deliberada dos grupos sociais aos quais pertenciam seus autores não é presente em muitos de seus trabalhos¹³.

Contudo, é necessário observar que esse processo não é neutro ou mesmo arbitrário, mas configura-se como aquilo que Michel de Certeau chama de “operação historiográfica”¹⁴. A fim de legitimar o recorte regional Amazônia, Arthur Reis realiza um diálogo com um saber anterior, nele realizando um cuidadoso trabalho de seleção de memórias, fatos, personalidades, autores e textos, inventariando determinadas características, costumes, tradições, datas, marcos que são recortados e legitimados como fontes e interpretações autorizadas para se escrever a história da região. Como afirma Durval Albuquerque Jr.,

esta história regional retrospectiva busca dar à região um estatuto, ao mesmo tempo universal e histórico. Ela seria restituição de uma verdade num desenvolvimento histórico contínuo, em que as únicas discontinuidades seriam de ordem negativa: esquecimento, ilusão, ocultação. A região é inscrita no passado como uma promessa não realizada, ou não percebida; como um conjunto de indícios que já denunciavam sua existência ou a prenunciavam. Olha-se para o passado e alinha-se uma série de fatos, para demonstrar que a identidade regional já estava lá¹⁵.

Essa característica cívico-pedagógica pode ser percebida em vários textos de Arthur Reis que buscam instaurar um passado para o Amazonas, elegendo datas importantes, fatos marcantes e personagens ilustres, que, segundo o autor, permaneciam ignorados na historiografia brasileira. Discursos proferidos por Arthur Reis como paraninfo de turmas de ginásianos em Manaus durante esse período demonstram sua preocupação em dotar o Amazonas – principalmente a juventude estudantil – de uma memória histórica

¹³ Mauro César Coelho e Jonas Queiroz, *op. cit.*, p. 169.

¹⁴ Michel de Certeau. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, pp. 56-108.

positiva. Em 1934, por exemplo, falando aos formandos do curso ginásial do Colégio D. Bosco, afirmava:

Não somos a Terra de Ninguém que nos pintam. Tampouco Inferno Verde. Somos uma Terra Moça cujos homens merecem a admiração dos homens dos outros hemisférios, pelo hercúleo da epopeia que há três séculos escrevemos na *hyloe*. Não temos tradições? Eu não recordo esse símbolo de bravura que foi Ajuricaba. Eu recordo apenas os caboclos terríveis da Cabanagem ou esses titãs que preliaram no Acre¹⁶.

Na mesma instituição, dois anos depois, aos formandos do curso de Humanidades, enfatiza o “silêncio” a respeito da “grandiosa história” do Amazonas:

Corramos a vista por sobre o quadro de nossos três séculos. Quanta heroicidade há nas atitudes de nossos homens, criando a Amazônia, contra a cobiça de franceses, de ingleses, de holandeses, de espanhóis, bolivianos, peruanos, vencendo, pela hinterlândia, os mistérios do meio geográfico! E no entanto, que se refere, dos compêndios oficiais de ensino às obras máximas que nos definem como povo, sobre toda essa atuação! Abram-se esses livros, examinem-se os programas e neles não se encontra um passo, um lance de nossos ascendentes. Para o geral, somos um trecho estranho, sem história, sem credenciais para ingressar no painel grandioso da formação brasileira¹⁷.

Essas críticas seriam ainda melhor explanadas numa palestra realizada em 16 de dezembro de 1934, num curso de férias ministrado aos professores do Ginásio Amazonense Pedro II. A proposta de Arthur Reis era a de uma completa revisão do currículo de História das escolas primárias amazonenses: faziam-se necessárias alterações que incluíssem novos marcos históricos, biografias de vultos heroicos da história do Amazonas, de maneira a formar uma sólida consciência histórica na juventude amazonense a respeito de seu passado¹⁸:

Os programas de história do Amazonas não estão elaborados como devem. Há neles falhas, omissões imperdoáveis. Onde neles a notícia da Capitania do Rio

¹⁵ Durval Muniz de Albuquerque Jr., *A Invenção do Nordeste*. . . , p. 75.

¹⁶ Arthur Reis. *Por Deus e pela Pátria (Discurso de Paraninfo)*. Manaus: Tipografia Fênix, 1935, pp. 15-6.

¹⁷ Arthur Reis. *Discurso de Paraninfo. Humanistas de 1936, do Colégio D. Bosco, de Manaus*. Manaus: [s. d. e.], 1936, p. 9.

¹⁸ Arthur Reis. O ensino de História. *Revista da Sociedade Amazonense de Professores*. Manaus: ano 2, nº 3, Ago-Set/1932, p. 7.

Negro, origem do Estado do Amazonas? Onde sobre Lobo D'Almada, o maior estadista que a Amazônia conheceu no período de dominação portuguesa? E o trabalho assombroso dos religiosos, com as missões catequizadoras, defendendo o silvícola da voracidade dos brancos, aldeando-os para as cidades e vilas de agora, como esse Samuel Fritz, que traçou o primeiro mapa do vale gigantesco? La Condamine e os Cambebas, estes trabalhando na borracha, ensinando-a ao francês, que a fez conhecida na Europa, porque esquecidos? Mauá, Alexandre Amorim, Tavares Bastos, criando a navegação a vapor, que nos revelou ao mundo, porque também esquecidos? E Orellana e Pedro Teixeira, que nos descobriram, que nos desvendaram? E os heróis da abrilada de 1832, em defesa de nossa autonomia política, os da Cabanagem, onde o caboclo da Amazônia provou à nação o seu vibrar cívico, o espírito de sacrifício que o caracteriza? E a nossa contribuição para a Guerra do Paraguai, que provocou de Taunay períodos inflamados?! E o ciclo de ouro negro, com a ocupação nordestina e a epopeia do Acre? Tudo isso foi esquecido. Tudo isso ficou ignorado. É preciso refazer-se, integralmente, essa programação de história pátria, transformando-a em plano de ensino, com o acréscimo natural, dosado, desses capítulos a que me referi¹⁹.

O autor dedicaria alguns artigos e palestras a esse trabalho de construção do passado do Amazonas. Sócio do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas²⁰ desde 1926, Arthur Reis proferiu no Instituto uma conferência intitulada *A explosão cívica de 1832*, em que institui o que considera uma data cívica importante para o Estado: *a abrilada de 1832*, como Arthur Reis se refere a uma rebelião dos moradores do Lugar da Barra exigindo que a Comarca do Alto Amazonas fosse elevada à categoria de Província. Arthur Reis enxerga, cem anos depois, nessa “demanda autonomista”, uma manifestação legítima de um suposto *povo amazonense* em formação, pois, no olhar anacrônico do historiador, o Lugar da Barra viria ser a “futura Manaus”.²¹

Seguindo a mesma linha, é publicado em 1934, na Revista do Instituto, para assinalar a passagem do centenário da criação da Comarca do Alto Amazonas, em 1833,

¹⁹ Arthur Reis. *O ensino de História do Amazonas na Escola Primária: Palestra Pedagógica no “Curso de Férias”*. Realizada em 16 de dezembro no Ginásio Amazonense Pedro II. 1ª ed. Manaus: Tipografia Fênix, 1934, p. 25.

²⁰ Em larga medida, pode-se dizer que o projeto cívico-patriótico de Arthur Reis era tributário da orientação que o Instituto trazia desde a sua origem: a missão de reconstruir a grandiosa história do estado que estava “por se fazer”. Cf. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*. Manaus: Imprensa Pública do Amazonas, ano I, v. I, 1917, pp. 58-64.

²¹ Arthur Reis. *A Explosão Cívica de 1832 (Conferência realizada no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas em 2 de abril de 1932)*. 1ª ed. Manaus: Tipografia Fênix, 1932.

Manaus e outras vilas. O artigo é dedicado “à memória sagrada dos patriotas que batalharam pela autonomia do Amazonas”²². Identificando uma continuidade no processo capitania-comarca-província-estado, Arthur Reis refere-se aos habitantes da Comarca como “amazonenses”, buscando dotar o Amazonas de uma memória cívica.

Em 1938, Arthur Reis muda-se para Belém a fim de assumir um cargo público. A essa altura, o historiador já experimentava uma relativa consagração no ambiente intelectual de Manaus. Em 1931, havia assumido o cargo de Secretário no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e, sete anos depois, quando de sua partida, já era Secretário Perpétuo. Anísio Jobim, no discurso de despedida a Arthur Reis, proferido no Instituto, exaltou a atuação de Arthur Reis como professor e historiador. Afirma ele que

A reputação adquirida como escritor pelo nosso estimado confrade conquistou-a ele com a publicação do seu primeiro livro “História do Amazonas”, editado em 1931, e que vai ser refundido e aumentado grandemente em segunda edição. Não tínhamos até então uma história do Amazonas, não tínhamos nenhum livro que pudesse, benevolmente, receber este nome. (. . .)O escritor traça com mão firme e serena a nossa evolução em todas as suas facetas, elucidando acontecimentos, corrigindo certos equívocos, e mostrando à luz de documentos os dramas amargos e os entusiasmos dos nossos maiores²³.

Da História do Amazonas para a História da Amazônia

Se em Manaus Arthur Reis publicou sua obra inaugural e mais alguns artigos em revistas locais, em Belém pôde ter acesso mais constante à documentação do Arquivo Público e da Biblioteca Pública do Pará, de onde selecionou fontes que o permitiriam escrever uma obra de maior fôlego, a saber, o ensaio publicado por ele em 1940, intitulado *A política de Portugal no Vale Amazônico*.

Diferentemente de seus estudos anteriores, esta é sua primeira obra em que é proposta uma síntese interpretativa da colonização portuguesa na Amazônia. Dessa

²² Arthur Reis. *Manaus e outras vilas*. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*. Manaus: Imprensa Pública, nº 4, 1934.

²³ *Jornal do Comercio*, Manaus, 25 de setembro de 1938.

maneira, a obra é uma espécie de ensaio inaugural, panorâmico, de onde posteriormente seriam pinçados temas para estudos mais específicos.

A Amazônia colonial de Arthur Reis, apresentada nas páginas desse “ensaio inaugural”, é uma região que, durante a colonização, obteve uma especial atenção da metrópole lusitana. A história da colonização da Amazônia não seria apenas uma página de aventura e exotismo, a ocupar um lugar menor na memória nacional, mas sim uma experiência política de êxito.

Dividida em dez capítulos, a tese principal apresentada na obra é a de que Portugal teria sido a única nação europeia a obter pleno êxito na colonização do vale amazônico; êxito este atribuído a uma série de características específicas dos lusitanos em relação às demais nações europeias que visaram conquistar a região.

A construção do passado da Amazônia segue, em Arthur Reis, uma linearidade evolutiva, partindo de uma origem, que, no caso, se dá com a fundação do Fortim do Presépio, em 12 de janeiro de 1616, na missão comandada pelo capitão português Francisco Caldeira Castelo Branco. O espanhol Francisco de Orellana teria sido apenas o *revelador* da região ao mundo, em 1541. Porém, a conquista efetiva teria sido levada a efeito pelos portugueses.²⁴ Assim, a história da Amazônia, para o historiador, é, inicialmente, a história do processo colonizador lusitano na região. O que antecede à chegada dos europeus não é considerado.

Dessa maneira, para Arthur Reis é evidente que Portugal é o legítimo dono do território conquistado, sendo as outras nações europeias consideradas intrusas, mesmo com a conquista sendo efetuada quando Portugal estava submetido à Espanha em decorrência da União Ibérica.

Os portugueses, então, moviam-se obedecendo a Madrid. Mas, na realidade, Portugal é que ditava as atitudes. A Amazônia, que nascia para a exploração pelo homem ocidental, por isso mesmo recebeu um nome que deixasse bem viva a ideia de que a conquista se fazia por Portugal — Feliz Lusitânia²⁵.

A partir disso, a imagem mais marcante que Arthur Reis constrói é a de Portugal como uma metrópole extremamente zelosa de suas colônias. Na administração da

²⁴ Arthur Reis. *A política de Portugal no Vale Amazônico*. 1ª ed. Belém: Oficinas Gráficas da Revista Novidade, 1940, p. 9.

Amazônia, Arthur Reis enxerga em todas as ações da metrópole portuguesa essa dedicação. Tanto que, para ele, muito cedo, logo após a efetivação da posse territorial, Portugal teria implantado seu aparato estatal para “regular a sociedade nascente na região”²⁶. Assim, na vida religiosa, na educação e no estudo da natureza, na economia, estendia-se o braço regulador do Estado metropolitano, delegando e legislando.

As Ordens Religiosas, por exemplo, teriam funcionado como um braço paraestatal da Metrópole, que lhes delegou poderes e responsabilidades, para auxiliar no domínio: a conversão dos indígenas ao cristianismo e à civilização, a criação de núcleos de povoamento em lugares distantes, onde os índios eram aldeados, visando um duplo objetivo: tanto para “amansar o gentio” quanto para garantir a fixação das fronteiras na ocupação da região²⁷.

Para Arthur Reis, Portugal demonstrava um zelo especial com a região amazônica, indo além de preocupações de ordem econômica e territorial²⁸, demonstrando também cuidado com a educação. O autor é enfático ao frisar esse aspecto, pois com isso procurava demonstrar que a metrópole teria um interesse para além da ganância mercantilista. Mais uma vez, o autor busca ressaltar o controle estatal metropolitano, para ele figurado na legislação despachada de Portugal relativa à Instrução Pública na Amazônia, que confirmava, segundo ele, uma

saudável e muito expressiva demonstração de que a velha monarquia ibérica não se mostrou indiferente à inteligência dos homens do extremo-norte do Brasil, antes mesmo procurando animá-la, movimentá-la, dar-lhe agilidade²⁹.

Paralelo a essa preocupação com a educação, Arthur Reis frisa também que Portugal teve um especial cuidado com a pesquisa científica na região. Conquistar a região, para o historiador amazonense, iria além do político e do militar, alcançando o científico. Estudar o espaço era também uma forma de defendê-lo. Diz o autor que,

procurando defendê-lo da cobiça do estrangeiro, procurando assisti-lo para melhor trazê-lo incorporado aos seus domínios, Portugal preocupou-se, como vimos, intensamente, com os destino do vale que o orgulhava. Estudou-o. Entendeu-o.

²⁵ *Ibid.*, p. 7.

²⁶ *Ibid.*, p. 23.

²⁷ *Ibid.*, p. 42, 44.

²⁸ *Ibid.*, p. 69.

²⁹ *Ibid.*, p. 80.

Soube-o profundamente. Como estudou, entendeu, soube profundamente tudo quanto constituía seus larguíssimos mundos ultramarinos³⁰.

Arthur Reis apresenta uma listagem de “homens de ciência” e pesquisadores que, em caráter oficial ou não, realizaram interessados estudos sobre a região. Para o autor, roteiros de viagem, mapas, descrições, escritos religiosos, gramáticas e vocabulários de línguas indígenas, crônicas, cartas, relatos e roteiros de expedições e missões de reconhecimento, relatórios, diários de visitas pastorais, tudo se configura como demonstração da preocupação científica dos portugueses para com a região amazônica³¹.

As Comissões de Limites do século XVIII teriam sido encarregadas pelo Estado português em fomentar explorações minuciosas, da geografia à astronomia, passando pela zoologia e botânica, chegando à hidrografia. Arthur Reis destaca também a missão oficial de Alexandre Rodrigues Ferreira, que foi enviado à Amazônia com um grupo de assistentes para realizar um extenso estudo de História Natural³².

Por fim, a orientação econômica, essa não poderia deixar de ter o controle rigoroso do Estado. Conquanto inicialmente a exploração das riquezas da região fosse calcada na extração das drogas do sertão, Arthur Reis procura salientar a preocupação dos administradores lusitanos com o fato de o extrativismo ser o esteio da economia da região, quando, ao invés disso, deveria ser este o cultivo da terra. Afirma o autor que

o progresso da agricultura encontrava entrave forte na concorrência das “drogas”, nunca esquecidas, sempre lembradas de Portugal, na pobreza dos colonos, forçados a empresas de pequeno vulto, na resistência do “natural”, que se não substituía pelo braço africano ainda em consequência desse estado de pobreza geral, falta de conhecimentos técnicos dos povoadores, improdutividade dos diretores de povoados, mandriice do mesmo povoador, mais interessado em operações imediatas de comércio³³.

Dessa maneira, Portugal, “no caso especial da Amazônia”³⁴, buscou o aproveitamento econômico das riquezas de uma maneira orientada: fiscalizando a extração predatória das *drogas do sertão*, incentivando oficialmente a pecuária, a manufatura e

³⁰ *Ibid.*, p. 90.

³¹ *Ibid.*, pp. 85-89.

³² *Ibid.*, p. 90.

³³ *Ibid.*, p. 95.

regulando preços e impostos; a legislação emitida não permitia outra conclusão senão a de que

nada se realizou, no campo da produção, que não tivesse sido controlado, orientado pelo Estado. A produção se fazia sob fiscalização e sob a direção do Estado. (. . .) Correndo-se o corpo legislativo que se decretou para a Amazônia têm-se o sentido exato da orientação. Nada de soluções apressadas. Nada de produzir-se ao deus-dará. (. . .) Política de resultados nem sempre compensadores, como se viu, mas de direção sistemática, exalando unidade³⁵.

Após a análise específica dos quadros administrativo, religioso, geopolítico, educacional, científico e econômico, e do controle do Estado metropolitano sobre esses quadros, Arthur Reis apresenta outra característica específica dos portugueses que contribuiria para o sucesso da colonização: a sua “plasticidade”³⁶ – sua capacidade de adaptação. Espanhóis, franceses, ingleses e holandeses fracassaram em suas tentativas de conquistá-la:

Enquanto o nórdico degenerava, nos trópicos, como os franceses e os espanhóis fracassavam, os portugueses resistiam na luta contra a natureza pujante. “Entre a Europa e a África”, puderam amoldar-se ao meio agressivo. Aceitaram-no. Contemporizavam³⁷.

Os portugueses souberam conduzir um processo colonizador sem idealismos, guiado pelas contingências e pelas características da região, promovendo assim uma colonização “realista”,

de acordo com as contingências, as necessidades, as realidades do momento, (. . .) às condições regionais, (. . .) aceitando a existência dessas condições, procurando adaptar-se a elas, utilizá-las³⁸.

Essa colonização orientada pelas contingências, característica da fase da conquista até a primeira metade do século XVIII, não teria sido ausente de planejamento, já que o Estado português teria posto em prática uma política de incentivo e de oficialização

³⁴ *Ibid.*, p. 109.

³⁵ *Ibid.*, p. 109.

³⁶ *Ibid.*, p. 112.

³⁷ *Ibid.*, p. 112.

³⁸ *Ibid.*, p. 116.

da conquista. Para Arthur Reis, esse planejamento estatal teria sido executado até 1820. O papel dos administradores coloniais é superestimado pelo historiador: em sua maioria teriam demonstrado “*gestos, atitudes, ação marcante de relevo, (. . .) inteireza de propósitos, atuação construtiva, normas rígidas de proceder no tocante às funções e atos delas decorrentes*”³⁹. Enfrentando um meio natural agressivo, disputas internacionais pelo território e o conflito com os autóctones, os portugueses realizaram uma obra colonizadora, para o autor, digna de admiração. A partir do governo de Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, o controle estatal é potencializado:

Começou então a ser executado um programa de vulto que importava em promover o desenvolvimento de todas as energias do solo, a exploração racional da produção espontânea, a fixação definitiva do colono, com a propriedade e o lar, de par com outras várias medidas, decretadas com absoluta segurança nessa direção alevantada⁴⁰.

Arthur Reis gradualmente conduz a sua interpretação, em textos que se seguiram, para um delineamento desse *antes e depois* na história da colonização portuguesa na Amazônia. Em comunicação apresentada ainda em 1940, abordando a questão do povoamento na Amazônia, o autor ponderava que, antes da administração do Marquês de Pombal,

o crescimento da população organizada operava-se nos centros missionários. As várias Ordens Religiosas a que o Governo confiara a ocidentalização do gentio, lutando contra o colono escravagista, vencendo más vontades, tinham estabelecido mais de seis dezenas de povoados. Embaraçando, porém, terrivelmente, esse esforço, epidemias de varíola de quando em vez dizimavam as populações, abrindo clavos [sic] fundos. Só entre 1743 e 1749, nas cercanias de Belém tinham sucumbido 7.600, num cômputo de 4.000 [sic] para toda a região. Não fora maior o desastre devido à ação dos Carmelitas, que inocularam vacinas nos seus catecúmenos, e, imitados pelos outros Religiosos, salvaram, imunizaram milhares de índios⁴¹.

³⁹ *Ibid.*, p. 119.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 116.

⁴¹ Arthur Reis. Casais, Soldados e Degredados. In: _____. *Tempo e Vida na Amazônia*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965, pp. 121-2. Foi publicado primeiramente no Vol. 4 dos Anais do Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, que se realizou em Porto Alegre no ano de 1940. Esses Anais constam no acervo da Biblioteca Arthur Reis, localizada em Manaus.

Porém, uma mudança significativa viria:

a 31 de maio [1750], expedindo instruções a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Capitão-General e Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Diogo de Mendonça Corte Real, que respondia pelas coisas da marinha e ultramar, traçara-lhe um largo plano de trabalho. E nesse plano, estatua a fundação de colônias, que se deviam organizar com a preocupação de criar a agricultura racional, e para onde passariam povoadores a serem trasladados do Reino e das Ilhas. (. . .) Dezenas de casais de ilhéus e de degredados, (. . .) até 1823, chegaram à Amazônia. Só numa embarcação, em 1752, viajaram 430 ilhéus⁴².

Quatro anos depois, no X Congresso Brasileiro de Geografia, dissertando sobre o conhecimento geográfico das fronteiras da Amazônia portuguesa, Arthur Reis considera que

bons geógrafos, os missionários, já em começos de XVIII, do Reino se apelara para eles a fim de informar sobre o ambiente amazônico. Bons geógrafos, os sertanistas, do Reino, de quando em vez, também, se procurou a ciência que possuíam da região molhada para resolver dúvidas acerca dos direitos da Coroa sobre extensões do mundo amazônico disputadas pelos espanhóis e pelos franceses, ou para promover providências que visavam o bem coletivo, mas só poderiam ser decretadas após o conhecimento das condições locais, principalmente as condições fisiográficas. O conhecimento geográfico da Amazônia, até a primeira metade do século XVIII, (. . .) era, assim, uma consequência do empreendimento ousado de sertanistas e missionários que, desprezando perigos se afoitaram às entradas memoráveis de que saíram cobertos de glória.

Na segunda metade, (. . .) o cometimento ia caber aos membros das duas partidas demarcadoras, encarregadas da execução dos tratados de Madri e de S. Ildefonso, respectivamente de 1750 e 1777, (. . .) operando uma verdadeira revolução na geografia sul-americana⁴³.

Como último exemplo, em texto de 1947, analisando a economia colonial amazônica, o historiador amazonense a divide em dois “ciclos”⁴⁴. O primeiro, o *ciclo da droga do sertão*, era condicionado

⁴² *Ibid.*, 122-3.

⁴³ Arthur Reis. Sertanistas, Missionários e Demarcadores. In: _____. *Tempo e Vida na Amazônia*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965, pp. 99, 107. O texto foi primeiramente publicado nos Anais desse Congresso, datando de 1952 e constando no acervo da Biblioteca Arthur Reis.

⁴⁴ Vale frisar que o conceito de “ciclo econômico” não é entendido da maneira naturalizada como Arthur Reis o encara. Muito pelo contrário, assume-se como um conceito problemático. Para uma crítica específica, cf. João

pela produção espontânea, pela contribuição generosa da floresta e das águas piscosas do grande curso fluvial. O colono, de tal maneira adaptando-se a essas contingências locais que dava a impressão de um ser estranho aos padrões culturais europeus, dominado inteiramente pelo ambiente indígena. Por outro lado, esse ciclo que nos surge assim em meio ao desordenamento do colono, tem um sentido político. (. . .) Foi com ele que colonos, missionários, sertanistas, soldados, funcionários do Estado avançaram em direção oeste e norte, empurrando a fronteira, desprezando os limites ajustados em Tordesilhas⁴⁵.

Já o segundo *ciclo*

foi o da experiência agrária e atividades anclares da criação do gado e das tentativas industriais. Esse ciclo agrário principiou com o consulado pombalino. Não quer dizer, todavia, que antes da época de Sebastião José não se cuidasse da terra no vale. Porque estaríamos a cometer um erro polpudo se tal afirmássemos. Ao contrário, os colonos que chegaram logo após a fundação do Presépio, trabalharam a terra, agricultando a cana e as espécies vegetais necessárias ao sustento alimentar da guarnição e dos próprios povoadores. Esse esforço preliminar, como era natural, no decorrer do ciclo da “droga” não foi abandonado. Mas não teve proporções, recalcado que estava pela vertigem da “droga”⁴⁶.

O advento do Consulado Pombalino marcaria, para Arthur Reis, a plenificação de uma política estatal ampla visando civilizar e modernizar efetivamente a região conquistada. Em *Estadistas portugueses na Amazônia*, obra de Arthur Reis publicada em 1948, o autor faz uma análise do governo de Mendonça Furtado, capitão-general que governou o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1751-1759) e tentou implantar as “medidas modernizadoras” projetadas pelo seu irmão, o Marquês de Pombal.

Os três primeiros e breves capítulos do livro servem como prelúdio para o cerne do texto que é o extenso capítulo dedicado a Mendonça Furtado (arrisca-se dizer que o último capítulo, dedicado a Frei Miguel de Bulhões, é um apêndice do anterior). Reforçando a abordagem que privilegia o Estado como personagem principal da narrativa, o autor

Pacheco de Oliveira. *O Caboclo e o Brabo*. Encontros com a Civilização Brasileira, V. 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁴⁵ Arthur Reis. Aspectos econômicos da dominação lusitana. In: _____. *Tempo e Vida na Amazônia*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965, p. 173. Este artigo foi publicado pela primeira vez no *Boletim Geográfico da Sociedade Brasileira de Geografia*, nº 51, de Junho/1947. Felizmente, o IBGE disponibiliza em seu site quase todos os números dessa revista em formato digital.

apresenta o panorama da presença lusitana na região desde o início da conquista: o século XVII, tendo como marco da chegada dos portugueses ao vale amazônico a expedição de Francisco Caldeira de Castelo Branco. É o período da heroicidade expansionista movida por interesses comerciais:

Atraía-os a especiaria regional. (. . .) Atraía-os o próprio gentio. (. . .) O sentido imperial não estava ainda dominando o espírito do sertanista, mais orientado pela preocupação negocista, razão de ser de seu comparecimento ao vale⁴⁷.

Contudo, a organização estatal chega à Amazônia também com Castelo Branco. Porém ainda num momento onde os “imperativos fisiográficos” condicionavam os “imperativos políticos”:

A máquina do Estado, é vez de registrar, movia-se para equilibrar a vida dura que se vivia, então, no vale, ainda áspero pela condição de natureza virgem que o caracterizava. (. . .) O poder público, o homem da conquista, o sertanista, o colono, o Religioso, cada um dentro de suas atribuições e em sua esfera de ação, é de ver-se, foi gradualmente trazendo o seu contributo para a criação social, econômica, política, espiritual da Amazônia, cuja fronteira, buscada na hinterlândia, crescia à medida que se adiantava a penetração de todos esses elementos, visando o aumento do espaço lusitano. (. . .) O equipamento político do Estado, servido nos primeiros momentos pelos funcionários essenciais às suas necessidades primárias como a distribuição da justiça, a cobrança das taxas e impostos, a direção das milícias e o governo municipal de Belém, só com o decorrer dos tempos se avivou, ampliado na criação de cargos e no provimento de funções⁴⁸.

A própria divisão administrativa da América portuguesa em Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará, com este último ligado diretamente a Lisboa, seria para Arthur Reis um exemplo de como as particularidades da região determinariam a política administrativa⁴⁹.

Ao longo do século XVII, para o autor, com a consolidação da conquista, vão-se abrindo as perspectivas econômicas da região. Cabia manter o domínio e organizar a sociedade local, porém Arthur Reis observa que ainda não se pode falar num “programa

⁴⁶ *Ibid.*, p. 174

⁴⁷ Arthur Reis. *Estadistas Portugueses na Amazônia*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948, pp. 23-4.

⁴⁸ *Ibid.*, pp. 26-7.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 29.

*riscado nos gabinetes dos estadistas reinóis ou mesmo nos pobres ‘palácios’ onde funcionavam os serviços da administração colonial*⁵⁰, mas justamente na formação de uma diretriz, de uma “consciência objetiva” a respeito da região.

Até aqui, estamos assistindo ao planejamento da política amazônica como iniciativa de particulares ou de membros da administração pública regional que sugerem espontaneamente, sem poderes especiais para dar, aos seus trabalhos, o caráter de peças que devam ser comunicadas aos conselhos ou a S. Majestade como documentos solicitados pelo Estado para a decretação de um programa amplo, que cubra todos os aspectos da realidade e das dificuldades da Colônia. Trata-se, evidentemente, de iniciativas privadas, ditadas pelo desejo de ver solucionadas as questões locais por medidas de seguro alcance⁵¹.

O autor destaca então desse período o exemplo de três governantes: Jacome Raimundo de Noronha, Gomes Freire de Andrade e Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. O primeiro *“disse verdades e sugeriu caminhos: a defesa da Colônia, a exploração da hinterlândia, a catequese do gentio, o aproveitamento das riquezas naturais, a remessa de colonos para o povoamento”*⁵². O segundo *“enfrentou o problema do equipamento econômico do Estado, fazendo lavrar a terra, desenvolver o comércio e descobrir a especiaria e as riquezas minerais de que a todo instante se falava”*⁵³. O último *“fez estudar a situação das fronteiras. Ordenou a incorporação definitiva do Solimões ao domínio português pela ação dos Religiosos Carmelitas. Fez bater os franceses de Caiena, que haviam invadido o território nacional”*⁵⁴.

Adentra-se então no século XVIII, que Arthur Reis nomeia como o *prefácio da valorização*. Encerrava-se o que ele entendia ser o “ciclo heroico da conquista” e se iniciava o “ciclo da fixação”. A gana expansionista cederia lugar à intenção colonizadora. A sociedade local era composta de poucos colonos, vindos do Reino ou de outros trechos do nordeste; soldados que guarneciam as casas fortes, religiosos nas aldeias missionárias, um pequeno número de funcionários e a grande maioria de indígenas. Muito embora vilas ainda fossem raras, havia muitos núcleos criados pelas ordens religiosas em sua “conquista

⁵⁰ *Ibid.*, pp. 35-6.

⁵¹ *Ibid.*, p. 38.

⁵² *Ibid.*, p. 38.

⁵³ *Ibid.*, p. 38-39.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 39.

espiritual” dos indígenas. Sem eles, “o colono e os governantes não davam um passo. (. . .) O gentio era homem para tudo”⁵⁵. Contudo, havia também os mamelucos, luso-brasileiros frutos de uma miscigenação ainda não legalizada, que, no entanto, teriam importância no processo de expansão e conquista, pois, liderados pelo elemento português, viriam a ser os substitutos do “selvagem”.

Nas primeiras cinco décadas do século XVIII, a região seria administrada por doze governadores e capitães-generais. As medidas desses governantes e o esforço dos colonos mostrariam, segundo o otimista Arthur Reis, resultados surpreendentes, acompanhados pela preocupação da metrópole:

A legislação que se decretou do Reino, constante das mil cartas régias, alvarás e decisões do Conselho Ultramarino, que tivemos ocasião de examinar, relativa aos cinquenta anos que estão sendo objeto deste capítulo, reveste um sentido particular. O legislador, seguramente, queria transformar a Amazônia, tirando-lhe o caráter de simples colônia de exploração para fazê-la colônia de povoamento. O aventureiro da vida que se vivia precisava tomar nova direção. A Amazônia, valorizada, seria um dos trechos úteis do Império, graças às providências que a integrassem num novo sistema. A legislação decretada do Reino, então, visou essa diretriz⁵⁶.

A partir de 1751, inicia-se então o que Arthur Reis chama de *aventura renovadora*: o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, nomeado para substituir Francisco Pedro de Mendonça Gurjão.

Como não poderia deixar de ser, para Arthur Reis, a administração de Mendonça Furtado é positiva, porém o autor faz algumas ressalvas. Mendonça Furtado teria errado ao ignorar o trabalho colonizador desempenhado pelos Regulares, principalmente os

⁵⁵ *Ibid.*, pp. 44-46. O papel do indígena “amansado” de “colaborador” do colonizador já fora frisado por Arthur Reis em textos anteriores. Diz ele, por exemplo: “Trabalhando os mil produtos regionais, engenhosos, com um admirável sentido objetivo das coisas locais, criadores de uma manufatura interessantíssima, necessárias aos quefazeres diários, (. . .) viviam o nomadismo de todos os primitivos, mas deles se distinguiam pela produção de um sem número de utilidades que os colonos souberam aproveitar e os missionários incentivaram sob aprovação régia”. Essa “ciência” indígena da qual o colonizador se apropria é a uma das chaves do sucesso da conquista: “Cometimento efetuado com a eficiente e constante contribuição do gentio, que forneceu a sua ciência acerca das coisas regionais, forneceu braço para manejar os remos, (. . .) para construir os utensílios necessários, inclusive as embarcações, (. . .) para coletar a especiaria, inteligência para indicar os caminhos e identificar águas e espécies vegetais e animais, e mesmo garantir, facilitar, por conseguinte, o descobrimento e a dominação portuguesa”. Cf. Arthur Reis. Aspectos econômicos da dominação lusitana. In: _____. *Tempo e Vida na Amazônia*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965, pp. 163-170.

da Companhia de Jesus. Para Arthur Reis, nas querelas entre Mendonça Furtado e os religiosos decorrentes da delicada questão da liberdade dos índios, o administrador não teria levado em consideração a “natureza do gentio”, esta sim um grande obstáculo à tentativa de se fazer uma “reforma” na sociedade local. Conferir aos indígenas a condição de “livres” seria um erro, já que muitos destes índios alforriados “*entregavam-se à vagabundagem e às turbulências*”⁵⁷.

Não seria prudente, segundo Arthur Reis, sair do extremo do aldeamento missionário – tutelado pela “maneiriosidade” dos religiosos no trato com os índios – para a liberdade laicizada. Se aos índios cabia a elevação à mesma categoria “*cívica e cultural dos colonos*”⁵⁸, isso deveria ser conduzido de uma maneira orientada, controlada, e foi justamente isso que Mendonça Furtado fez, na opinião de Arthur Reis: a criação do Diretório dos Índios era, mais uma vez, uma demonstração da plasticidade lusitana, já que, através do Diretório, a delicada questão da liberdade dos índios era conformada à realidade da região.

Por outro lado, Arthur Reis vê positivamente a “oficialização” da miscigenação levada a efeito no governo de Mendonça Furtado. Para o autor, se a miscigenação já era praticada ilegalmente, porque não autorizá-la com fins de plenificar o povoamento? Com a publicação do alvará régio de 4 de abril de 1755, o capitão-general “dedicar-se-ia com afinco” na empresa de realizar casamentos entre colonos e índias.

Iniciava-se, destarte, uma serena experiência social, que conduzia Portugal à posição de primeira nação europeia que atribuía aos seus súditos nativos, de seu império ultramarino, condições e títulos que o elevavam na escala da sociedade colonial. Mendonça Furtado, dando os passos que estamos acompanhando, iniciava a política hábil e fraterna do que já hoje se chama a criação do novo índio, isto é, o caboclo, saído em linha reta do mestiçamento legalizado entre as cunhãs e o branco da Lusitânia, caboclo que é ainda hoje o fundo de toda a paisagem humana do vale⁵⁹.

No geral, conclui Arthur Reis, Mendonça Furtado teria sido “cheio de boas intenções” na defesa dos interesses do Estado: criou capitanias, fundou cidades, municípios,

⁵⁶ Arthur Reis, 1948, *op. cit.*, p. 55.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 85.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 107.

criou núcleos de povoamento, incentivou a miscigenação, guardou a fronteira dos estrangeiros, demarcou, estudou o espaço, identificou espécies, disciplinou o trabalho, organizou a agricultura; era definitivamente um governante conduzido pela vontade de civilizar a Amazônia, e para isso usou de pulso forte. Abrindo o ciclo pombalino na Amazônia, foi um estadista “reflexionário”, que não teria ignorado a realidade local no objetivo de colocar em prática na região o pensamento político do irmão e os interesses da Coroa portuguesa⁶⁰.

Aspectos de uma Historiografia Lusófila

Para Arthur Reis, é na colonização lusitana da região amazônica que devem ser procuradas as principais características da região. E a obra do historiador amazonense seria, em sua esmagadora maioria, uma descrição dos “aspectos da experiência portuguesa na Amazônia”⁶¹: *presença de Portugal, dominação lusitana, dinâmica portuguesa, contribuição portuguesa, expansão portuguesa, ocupação portuguesa*. No teatro da história de Arthur Reis, a natureza amazônica é o palco para a atuação brilhante do protagonista lusitano e suas ações políticas, militares e civilizadoras, enquanto indígenas e caboclos constituem uma massa amorfa de coadjuvantes que aparecem vez ou outra na narrativa, apenas como suporte dos fatos que demonstrem as ações do colonizador.

Significativo dessa orientação é um pronunciamento seu em uma palestra de 1942, que inicia da seguinte maneira:

Logo de início é preciso recordar que nossa civilização não se alicerçou em resíduos africanos ou gentílicos. Esses resíduos não devem ser esquecidos nem desprezados. Representam muito em nossa personalidade. Mas a civilização de fundo tropical que realizamos, essa, em suas linhas centrais, em suas forças mais vivas, mais fortes, mais expressivas, é lusitana, ocidental⁶².

⁵⁹ *Ibid.*, p. 150.

⁶⁰ *Ibid.*, pp. 155-161.

⁶¹ Por sinal, esse é o título de um de seus livros.

⁶² Arthur Reis. *Unidade Histórica. Conferência realizada no II Congresso de Brasilidade*. 1ª ed. Belém: [s. e.], [s. d.], p. 4.

Ou seja, a *civilização tropical* erigida na Amazônia é, em seu âmago, *lusitana* e *ocidental*, e o que tiver de *africano* e *gentílico* é *residual*. A herança cultural maior é a do português. O autor deixa isso claro ao sentenciar que essa contribuição é perceptível

nas cidades, residências, conventos, pontes, caminhos, portos, como obra material; no entendimento harmonioso com os grupos tribais ou com as sociedades avançadas que se lhes submeteram ao domínio político, como obra espiritual; na alimentação, no vestuário, na utilização do natural ou do que semeavam em vegetais e animais, como obra econômica; nos usos e costumes, língua, organização social, ensino técnico, cuidados sanitários, tipos de habitação, (. . .) constituíram (. . .) faces desse imenso legado português⁶³.

Um trecho de outro texto é esclarecedor a respeito dessa questão:

É conveniente esclarecer que, na constatação dessa verdade insofismável, não queremos desprezar os outros elementos integrantes de todo o amplo processo da formação, representados na contribuição que nos ficou do gentio da terra e dos contingentes africanos que, com estes, constituíram um precioso instrumento de trabalho. (. . .) A presença portuguesa, no entanto, representou a força disciplinadora, o propósito mais decisivo, a inteligência aguda no tocante aos problemas que foram surgindo e tiveram de ser vencidos pela execução de política objetiva, fruto do exercício ininterrupto de uma ação cultural mais intensa, mais viva, mais nítida, mais consciente, **enquanto os outros significaram reflexo, força reflexa, guiada, assistida, utilizada convenientemente pela de maior conteúdo cultural**⁶⁴.

É do colonizador português, então, a maior contribuição para a construção da Amazônia. O primado na condução do processo histórico na Amazônia, logo, é do elemento português que se impõe na posição de mando, de senhor, de liderança. Como já dito, o colonizador lusitano é o *ator principal*, cabendo aos outros elementos o papel de *coadjuvantes* do português na epopeia civilizatória. Dessa maneira, mais que em algum outro lugar, na Amazônia, *“terra e homem* [referindo-se aos indígenas], *portanto, eram alguma coisa em ser, que os portugueses deviam utilizar, amoldando-os à sua vontade, às*

⁶³ *Ibid.*, p. 18.

⁶⁴ Arthur Reis. Os Açorianos na criação do Brasil. In: _____. *Épocas e Visões Regionais do Brasil*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, p. 511. Grifos feitos pelo autor da pesquisa. Este artigo foi publicado primeiramente em Lisboa, na revista *Ocidente*, nº 59, em 1960.

*suas decisões, às suas fórmulas de vida*⁶⁵. Observe-se o aspecto de *ferramentas* conferido à natureza e aos autóctones, que o autor insiste em frisar.

Na lógica histórica de Arthur Reis, o colonizador luso é o vencedor. Logo, é legítimo que ele que se imponha, se aproprie, conduza o processo.

Os portugueses, nesse trabalho silencioso de contato e de interações, constituíra a contribuição mais preciosa. Tinham, por si, sobre as multidões indígenas que encontraram ou sobre os contingentes africanos que importaram, a superioridade de sua tradição e de sua atualidade cultural. Transmitiram-no, em consequência, todo um imenso acervo de civilização, representado em língua, religião, instituições políticas, hábitos, costumes, atitudes, processos políticos, processos de trabalhos. Realizaram uma vigorosa empresa civilizadora. Deram-nos a sua natura. Plasmaram-nos com os seus defeitos, os seus vícios, as suas virtudes e qualidades, o seu espírito, o seu gênio⁶⁶.

Esse aspecto lusófilo da obra de Arthur Reis demonstra o quanto as propostas de Gilberto Freyre sobre a colonização portuguesa na América haviam se disseminado desde meados da década de 1930. *Casa-grande & Senzala*, obra do pernambucano publicada em 1933, e que é considerada pela bibliografia especializada como uma obra que estabeleceu uma nova interpretação para o Brasil, significativa dentro da formação discursiva nacional-popular, pois buscou romper com o pessimismo característico da formação discursiva anterior.

Gilberto Freyre, ao estudar o *Brasil colonial*, concluirá que a colonização portuguesa foi positiva, devido ao fato de o colonizador lusitano ser já um miscigenado muito antes de chegar à América, o que lhe dava a característica plástica e adaptável, permitindo-lhe – a partir de seu encontro com o indígena autóctone e o africano trazido escravo para a América – conduzir um processo colonizador que construiu uma sociedade multicultural, original e bem-sucedida nos trópicos⁶⁷. Para Freyre, o Brasil deveria se

⁶⁵ Arthur Reis. A presença de Portugal na *Amazônia*. In: _____. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, p. 15. O artigo foi primeiramente publicado em Portugal, na revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, em 1959.

⁶⁶ Arthur Reis. A contribuição portuguesa na elaboração da nacionalidade brasileira. In: _____. *Épocas e Visões Regionais do Brasil*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, p. 550. O artigo foi publicado pela primeira vez em Lisboa, na revista *Ocidente*, nº 53, em 1957.

⁶⁷ Cf. Ricardo Benzaquen de Araújo. *Guerra & Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed. 34, 1994.

orgulhar de seu caráter mestiço, herança maior do português que ajudou a criar um tipo perfeitamente adaptado às condições de vida nos trópicos⁶⁸.

O destaque conferido por Arthur Reis ao português como condutor de uma colonização bem-sucedida alude quase que diretamente à obra de Gilberto Freyre – mais que com qualquer outro “intérprete” do Brasil no período. Muito embora não seja o objetivo desta pesquisa fazer um estudo comparativo entre as obras dos dois autores, uma sucinta explanação acerca de algumas diferenças básicas entre os dois permitirá melhor matizar certas características da obra de Arthur Reis.

O historiador amazonense admitiria ter se interessado, ainda nos anos 1920, pela obra de Freyre⁶⁹, e o próprio Gilberto Freyre, já em 1940, teria endossado as conclusões de Arthur Reis sobre a colonização portuguesa na Amazônia encetadas em *A política de Portugal. . .*, numa palestra proferida no Rio Grande Sul naquele ano⁷⁰. O ganho simbólico para Arthur Reis com certeza foi grande por ter sido citado e endossado por um autor já consagrado nacional e internacionalmente, e a colaboração intelectual entre os dois se daria mais diretamente durante a década de 1970, quando fizeram parte do Conselho Federal de Cultura, porém, ambos os autores constantemente citavam um ao outro em palestras e publicações.

No entanto, se ambos reconhecem que somente o português poderia efetivamente colonizar o Brasil como o fez, encarando sua herança como positiva, há duas diferenças básicas entre os dois autores.

A primeira diz respeito à *contribuição do elemento negro* à colonização portuguesa, que para Gilberto Freyre é sobremaneira importante⁷¹. Contudo, para Arthur Reis, a influência do elemento africano na colonização da Amazônia teria sido insignificante, dada a escassez de escravos na região. Dessa maneira, para Arthur Reis, a Amazônia teve uma peculiaridade em seu processo colonizador que a diferenciava do resto do Brasil: a da relação básica do colonizador com os indígenas, estes sim, a grande maioria e essenciais como colaboradores dos lusitanos.

⁶⁸ Cf. José Carlos Reis. Anos 1930: Gilberto Freyre – O Reelógio da Colonização Portuguesa. In: _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, pp. 51-82.

⁶⁹ BRASIL. MEC. *Homenagem a Gilberto Freyre*. Brasília: MEC, 1980, pp. 15-22.

⁷⁰ Cf. Gilberto Freyre. Continente e Ilha, in: _____. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1942, pp. 148-9.

A segunda e marcante diferença está no fato de que, para Gilberto Freyre, a colonização não foi fruto de uma ação do Estado português, mas sim uma vitória conquistada pela família patriarcal luso-brasileira. Não haveria uma orientação oficial na colonização, mas sim iniciativa particular⁷². Com efeito, nada contrastaria mais com a interpretação de Arthur Reis, para quem o Estado português é praticamente onipresente e a principal personagem histórica na condução da colonização da Amazônia.

Conclusões

Conforme dito no início, o objetivo deste capítulo era perceber de que forma a obra de Arthur Reis funcionou dentro da formação discursiva nacional-popular, qual a efetividade política e intelectual de sua produção historiográfica para a construção de uma identidade regional amazônica através da História. Não se quis analisar se a historiografia produzida por Arthur Reis era “verdadeira”, criteriosa, se a sua seleção e interpretação dos documentos é correta. Encara-se como válida tal análise, contudo, o objetivo foi tentar compreender que efeitos de verdade a sua escrita histórica criou ou ajudou a criar.

Primeiramente, Arthur Reis estabelece uma origem para a Amazônia: a chegada dos europeus à região. O marco inicial para Arthur Reis não é nenhuma das populações que habitavam o lugar antes da chegada dos europeus. Assim, a história da Amazônia é a história de sua colonização pelos portugueses, mais especificamente em seus fatos político-administrativos.

Entretanto, mais do que um elogio laudatório do colonizador português, a narrativa da história da Amazônia construída por Arthur Reis, ao narrar um processo colonizador exitoso, conduzido por um Estado metropolitano presente e zeloso, situa a possibilidade de progresso e desenvolvimento desde o momento por ele considerado como a “gênese” da região. Nessa gênese, segundo a ótica de Arthur Reis, não estaria nem o primitivismo dos indígenas, nem a grandiosidade da natureza (ambos praticamente

⁷¹ Gilberto Freyre. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006, pp. 366-462.

⁷² *Ibid.*, pp. 65-117.

obliterados pelo historiador em sua escrita), mas, pelo contrário, o ímpeto colonizador português.

Essa construção do passado feita pelo autor permitiria encaminhar uma dupla operação: ao passo que dissociava a região da imagem de natureza idílica e exótica – contrapondo-se a uma concepção depreciativa conferida à região como lugar da barbárie e do primitivismo – postulava a possibilidade de se realizar, por parte do Estado nacional contemporâneo, a retomada e/ou a efetivação de uma obra civilizatória de êxito no presente.

Capítulo III

Neste capítulo, será trabalhada a hipótese de que a colonização portuguesa na Amazônia, conforme construída na produção historiográfica de Arthur Reis e analisada no capítulo anterior, converge como instrumento político e foi usada pelo autor como proposta de modelo de desenvolvimento para o seu presente, como forma de oferecer uma resposta às demandas por desenvolvimento na região.

Arthur Reis e a exaltação do colonizador lusitano

Claro está que para Arthur Reis a colonização portuguesa na Amazônia foi uma experiência de êxito. Ao chegar à região, no século XVII, Portugal já teria acumulado a experiência aprendida nas colônias da África, da Ásia e do próprio litoral brasileiro, e é essa experiência, segundo o historiador, que serviu de guia tanto para a ação do Estado quanto da “iniciativa privada”¹. No entanto, mesmo com esse cabedal de experiência acumulado, a Amazônia se mostraria peculiar e diferente das outras conquistas coloniais de Portugal. O êxito dos colonizadores só foi possível porque, partindo dessa experiência prévia, não

¹ *Iniciativa privada*, no caso, refere-se a qualquer atitude tomada pelos colonos que não decorra estritamente de ordens metropolitanas.

teriam se negado a realizar na região uma conquista que procurou adaptar-se às suas contingências².

Na narrativa histórica de Arthur Reis, a colonização na Amazônia segue sempre essa dupla via do ímpeto conquistador lusitano e de sua experiência adaptativa, uma alimentando a outra. É o que Arthur Reis chama de *realismo português*: se há deslumbramento, encantamento e êxtase ante a grandiosidade do quadro físico, que impelem à conquista, são impressões iniciais, passageiras, que logo dão lugar a uma “ação realística, que exigia disposição, impetuosidade, constância e capacidade realizadora”³.

Todo o *corpus* legislativo expedido da Corte em relação à Amazônia é recortado por Arthur Reis para servir de base à proposição de que “a Amazônia estava na compreensão dos homens de Estado do velho Portugal, exigia cautelas, tratamento especial”.⁴ Havendo necessariamente a preocupação geopolítica, que visava proteger a conquista territorial da cobiça de outros povos – preocupação essa demonstrada no aparato militar das fortificações ao longo da fronteira –, não seria somente com essa demonstração de força que Portugal iria impor a legitimidade de sua conquista na região. Para o autor, seria necessário gerir uma sociedade “ativa e modelar”. Logo, proveu-se uma ação coordenada caracterizada por uma política social – incentivo à imigração e posteriormente à miscigenação, à fundação de núcleos urbanos, à tentativa de integração do indígena à nova sociedade – e uma política econômica de incentivo à agricultura, a defesa da fauna e da flora contra a atividade predatória excessiva que caracterizava a atividade extrativista, a organização do sistema de trabalho, comércio e exportação⁵. Dessa forma, tinha um caráter de ocupação, de criação de uma “área humanizada” na região: o desenvolvimento de um processo colonizador que não visava unicamente à exploração de suas riquezas⁶.

² Arthur Reis. *A Amazônia que os Portugueses revelaram*. 1ª ed. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação (Coleção Vida Brasileira, Vol. 9), 1956, p. 37-9.

³ *Ibid.*, p. 39.

⁴ Arthur Reis. *Amazônia: conceito, sua evolução histórica*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 23. Este é o texto de uma palestra ministrada na Escola Superior de Guerra em 1959.

⁵ A respeito da orientação social, cf. Arthur Reis. *Casais, Soldados e Degredados*. In: _____. *Tempo e Vida na Amazônia*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965; Arthur Reis. *Os Açorianos na criação do Brasil*. In: _____. *Épocas e Visões Regionais do Brasil*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966. Sobre a política econômica, cf. Arthur Reis. *Aspectos econômicos da dominação lusitana*. In: _____. *Tempo e Vida na Amazônia*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965.

⁶ Arthur Reis, *op. cit.*, 2003, p. 22.

Ora, uma colonização desta natureza demandava, conforme Arthur Reis, a preocupação de se estudar a região. Estudá-la era, acima de tudo, a garantia da correta condução de uma colonização ordenada. É o que afirma Arthur Reis:

A política que Portugal realizou na Amazônia, revelando-a, tentando dominá-la, não pela força de uma ação violenta, mas pelo condicionamento às suas peculiaridades e pela exploração do que ela podia produzir de acordo com os conhecimentos da época, foi uma política realista. Profundamente realista. Porque, inclusive, não procurou modificar as condições locais pela transladação pura e simples de suas instituições e de seus usos e costumes, suas peculiaridades culturais. Ao contrário, submetendo-se aos imperativos do meio, ou a ele escapando quando era possível escapar. Nunca, porém, procurando fazer alterações arbitrárias, que levariam ao desastre. **E não esquecendo de procurar saber o porquê de todas as coisas regionais. Estudando, assim, a flora, a fauna, as águas, o homem, o clima. A literatura especializada, pertinente, elaborada com esse propósito, é abundante. E dá uma ideia exata das preocupações que animavam os portugueses no seu afã intenso de saber a Amazônia para poder possuí-la. A indagação científica foi constante**⁷.

Arthur Reis busca provar que houve essa constância de “indagação científica”. Para ele, os primeiros “levantamentos das realidades regionais”, feito por religiosos e sertanistas ainda na fase da conquista, após a fundação do Forte do Presépio, já seriam uma evidência de um avanço em relação à “literatura de exageros” dos primeiros cronistas. Revelavam um interesse no “conhecimento realístico” da região⁸.

O mapa feito por Antônio Vicente Cochado, piloto da jornada de exploração de reconhecimento comandada por Luís Aranha de Vasconcelos, iniciada em 1623, é apontado pelo historiador como o primeiro esforço de um conhecimento geográfico mais objetivo⁹, que se desenvolveria até culminar nas comissões demarcadoras de limites do século XVIII,

⁷ Arthur Reis, *op. cit.*, 1956, p. 52. Os grifos nesta citação e nas citações subsequentes são todos do autor da pesquisa.

⁸ Arthur Reis. Os portugueses na revelação da *Amazônia* In: _____. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, p. 37. Este texto foi publicado primeiramente em Lisboa, na *Revista Portuguesa de História*, vol. IX, em 1961.

⁹ Reis dedicou um artigo a Antônio Cochado, publicado no *Boletim Geográfico* de Dez/1946. É o mesmo texto publicado posteriormente em Arthur Reis. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, p. 41-4.

comandadas por Mendonça Furtado e Lobo d'Almada, respectivamente, tendo sido a última mais frutífera que a primeira que teve de enfrentar inúmeros obstáculos¹⁰.

A extensa viagem do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, realizada entre 1783 e 1792, era para Arthur Reis uma prova do interesse de Portugal em identificar minuciosamente as riquezas do vale amazônico, estudando os tipos naturais e seu valor de produção, num inquérito pormenorizado dos aspectos humanos e físicos que assegurassem um melhor aproveitamento econômico e uma mais efetiva humanização do vale.

Vale notar que, para Arthur Reis, Alexandre Rodrigues Ferreira, mesmo tendo visto a Amazônia nos albores da colonização, não a percebeu como área exótica de natureza gigantesca e exuberante –“última página do Gênesis”, como descreveu Euclides da Cunha séculos depois –mas como área econômica potencial¹¹. Tanto que, anos depois, seria criado um Jardim Botânico de Belém, em 1798, por ordem régia de Maria I, para que se cultivassem racionalmente espécies locais e se aclimassem espécies estrangeiras, visando um aproveitamento econômico mais orientado da agricultura na região¹².

Dessa maneira, Arthur Reis conclui que foi de Portugal a primeira tentativa de valorização e aproveitamento da região através de um planejamento coordenado. O autor reconhece o caráter incipiente desse planejamento. Contudo, o que para ele é mais importante a ser destacado é justamente a atitude dos portugueses diante da região: *“Possuíram-na como devia ser possuída. Sem hesitações, com decisão, explorando-a, utilizando-a e procurando dominá-la em toda a extensão”*¹³. O legado português ao futuro Brasil independente era um precioso patrimônio. *“O esforço despendido no passado, para preservá-la, tem uma explicação, um fundamento”*¹⁴. Esse fundamento residia no fato, reforça o autor, de que o caráter visionário dos lusitanos cedo os levou a perceberem a real

¹⁰ A obra de Reis que aborda especificamente essa temática é *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, publicada em dois tomos nos anos de 1947 e 1948. Cf. também Arthur Reis. Sertanistas, Missionários e Demarcadores. In: _____. *Tempo e Vida na Amazônia*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965, pp. 95-107.

¹¹ Arthur Reis. *A Amazônia que Alexandre Rodrigues Ferreira viu*. In: _____. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, pp. 197-215. Publicado primeiramente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 234, jan/mar de 1957.

¹² Arthur Reis. O Jardim Botânico de Belém. In: _____. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, pp. 253-276. Este texto foi publicado primeiramente no *Boletim do Museu Nacional* em 1946.

¹³ Arthur Reis. *A Amazônia na conjuntura internacional*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 36. Este artigo foi publicado primeiramente em três partes na *Revista Brasileira de Política Internacional* nas edições de março, junho e setembro de 1960.

importância da região. A Amazônia era uma área de riquíssimo potencial econômico que não poderia ser desprezado de maneira alguma.

A decadência do processo colonizador

Conforme Arthur Reis, se a Amazônia foi alvo de um vasto planejamento estatal metropolitano na época colonial, visando a sua valorização econômica e o desenvolvimento social, seria lógico que, bem conduzido esse processo num *continuum*, a região entrasse no séc. XX plenamente desenvolvida e integrada ao corpo da nação brasileira. Não obstante, a realidade era outra e a região, durante o período de publicação das obras de Arthur Reis aqui estudadas, ainda sofria os efeitos da crise econômica do início do século XX.

Pode-se dizer que era um ponto chave para a argumentação de Arthur Reis localizar em que momento a bem sucedida colonização portuguesa foi deixada de lado. No caso específico da Capitania de São José do Rio Negro, o “futuro estado do Amazonas”, Arthur Reis localiza o início da decadência ainda no período colonial, após o fim da administração de Manuel da Gama Lobo d’Almada. Ressalte-se que, para o historiador, Lobo d’Almada é o modelo máximo de estadista visionário, competente e, acima de tudo, moralmente íntegro, encaixando-se na categoria de “herói” da história da Amazônia¹⁵. Logo, conforme Arthur Reis, seria na administração de Almada que a Capitania teria alcançado o ponto mais alto de sua prosperidade. Agricultura, pecuária, e até um pequeno “parque industrial” desenvolveram-se sob sua orientação.

Tanto êxito obteve em seu governo, que se tornou alvo de invejas e intrigas por parte do Capitão-General do Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, que levariam o Conselho Ultramarino a realizar um inquérito que o julgou como um mau administrador. A descrição de Arthur Reis sobre a trajetória de Almada ganha ares de dramaticidade. Lobo d’Almada retirar-se-ia profundamente abalado do governo ao ter sua suposta ilibada reputação questionada de forma tão avassaladora. Entretanto, na opinião de Arthur Reis, quem

¹⁴ Arthur Reis, *op. cit.*, 1956, p. 30.

¹⁵ Desde sua primeira obra, Arthur Reis já atribui essas características a Lobo d’Almada. O autor inclusive dedicaria uma obra somente à biografia do Capitão-General. Cf. Arthur Reis. *Lobo d’Almada, um estadista colonial*. 3.ª ed. Manaus: Valer, 2006.

colheria os frutos mais amargos de tais acontecimentos seria a Capitania, que, após o fim de sua administração, entraria num processo de decadência e abandono que se estenderia até meados do século XIX¹⁶.

No entanto, numa visada mais ampla, Arthur Reis localiza no processo de transição Colônia-Império o ponto de quebra da prosperidade da região. Se por um lado o autor reconhece a legitimidade do processo de independência, por outro lado aponta para o caráter negativo dos problemas gerados pelo início do que ele chama de “experiência liberal” na Amazônia, marcada desde 1820 por “reações nativistas”, “lutas sociais” e de “animosidades” contra o elemento português¹⁷.

O clero, na maioria nacional, mestiço, como os funcionários de menor categoria, civis e militares, como a multidão dos servidores do comércio, das manufaturas, das mil atividades que constituíam os estilos de vida, todo esse contingente expressivo, quantitativamente, da população, pulsava pela independência¹⁸.

Se no momento final a adesão à independência ocorreu, segundo o autor, “placidamente”, o fato de os elementos ligados aos interesses portugueses não terem abandonado suas altas posições terminaria por gerar atos de violência. Para os “nacionalistas extremados”, era necessário que todos os portugueses abandonassem posições de destaque e liderança, sendo substituídos unicamente por filhos da terra. As divergências e lutas entre nativos e reinóis se estenderiam por todo o Primeiro Reinado, trazendo consigo os primeiros resultados negativos: as preocupações políticas levariam ao abandono das preocupações econômicas: a extinção do Jardim Botânico, o fechamento de estabelecimentos manufatureiros, a decadência do estaleiro. A população nativa, inspirada pelas ideias liberais, preferiu praticar um “acerto de contas” com os portugueses do que dar continuidade ao “trabalho construtivo” legado por estes, é o que observa Arthur Reis¹⁹. Contudo, o saldo negativo maior se daria durante o período regencial, em decorrência da Cabanagem. Ao final desta, o quadro não era animador:

¹⁶ Arthur Reis. *O processo histórico da economia amazonense*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, pp. 45-6.

¹⁷ Arthur Reis. A incorporação da *Amazônia* ao Império. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vol. 193, out/dez de 1946, pp. 110-127.

¹⁸ Arthur Reis., *op. cit.*, 1956, p. 58-9.

¹⁹ *Ibid.*, p. 59-60.

A Amazônia, portanto, é de ver-se facilmente, vivendo um início de vida política tão difícil, **perdia-se nos resultados, que poderiam ter sido mantidos e continuados, da ação que os portugueses tinham executado com tanto sucesso.** A lavoura e a pecuária por eles incentivada e levada a algarismos expressivos, no período da guerra civil, comprometeu-se [sic] profundamente. Perdeu-se seiva. Seiva representada pelos 30 a 40 mil mortos, como nos rebanhos e nas lavouras totalmente destruídos. A reconstrução não seria fácil e demandaria tempo²⁰.

Comprometida pelo enorme déficit populacional e pela decadência econômica gerada pela “guerra civil”, para Arthur Reis a região via o seu desenvolvimento voltar à estaca zero. Uma política de reconstrução e recuperação se fazia necessária. A Amazônia, porém, não dependia mais do Estado português. *“Os homens do Império estariam à altura do momento, continuando a política que os estadistas portugueses haviam iniciado e mantido galhardamente?”*²¹

A conclusão de Arthur Reis é negativa. Ele admite amargamente: *“A Amazônia era o extremo-norte. E os estadistas do Império, homens do Nordeste e do Sul”*²². Preocupados com problemas na região do Prata, a Amazônia não estaria nas cogitações dos estadistas imperiais.

Muito embora o saudosismo de Arthur Reis pelo domínio colonial seja forte, a sua defesa das ações estatais permanece praticamente incólume, pois, para ele, muito embora o Estado imperial houvesse mostrado incapacidade de resolver problemas internos, ao menos a política internacional adotada pelo Império em relação à Amazônia foi positiva e louvável. Resistindo à pressão de Estados Unidos e Inglaterra, a nação demonstraria “maturidade” ao abrir a bacia amazônica à navegação das nações amigas somente quando *“possuíamos a segurança necessária para evitar que a concorrência estrangeira desnacionalizasse a região”*²³.

O Império, apesar das críticas de Tavares Bastos, do Barão de Marajó, dos homens públicos da Amazônia, em meio aos problemas da consolidação da ordem interna, de preservação de sua presença no Prata, se não a atenderá com a intensidade

²⁰ Arthur Reis. *A Amazônia na conjuntura internacional*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 42.

²¹ *Ibid.*, p. 40.

²² *Ibid.*, p. 61.

²³ Arthur Reis. *A Amazônia na conjuntura internacional*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 50.

conveniente, nem por isso merecia a acusação de que a ignorava. Aquela preocupação de garanti-la sob soberania nacional, resguardando-a do apetite estranho, (. . .) era uma demonstração cabal de interesse e de consciência da importância dos problemas amazônicos. (. . .) E triunfando sobre todas essas dificuldades, o Brasil mantivera a Amazônia. O patrimônio que Portugal havia legado permanecia incólume²⁴.

O crescimento da exploração da borracha a partir de 1870, embora tenha movimentado a economia da região, não é visto por Arthur Reis de maneira positiva. Em primeiro lugar, porque o entendia como um retrocesso. Se a descontinuidade da tradição agrícola que havia sido estabelecida durante o Consulado Pombalino no pós-Cabanagem já tinha mostrado sinais negativos, ao invés de retomar a experiência agropecuária, optava-se por praticar novamente a primitiva economia extrativista do início da conquista, que foi o que efetivamente aconteceu, só que, desta vez adquirindo um caráter imediatista e altamente predatório.²⁵

Em segundo lugar, Arthur Reis conclui que esse imediatismo, ancorando a economia regional na extração de um único produto, orientado unicamente pela demanda externa, mostrava-se extremamente arriscado, risco esse agravado mais ainda pela total ausência de preocupação de defesa dessa riqueza, com a preocupação única de explorá-la até seu completo desgaste:

Todas as forças locais se voltavam já para a extração do látex ou de outras espécies nativas, como a castanha, que principiava igualmente a interessar os mercados e a prender a atenção dos que labutavam no interior. (. . .) A produção agricultada, como era natural, dada a ausência de braços que se voltavam apenas para a produção espontânea, diminuiu, exigindo as importações cada dia mais volumosas de gêneros necessários à alimentação. (. . .) Havia outros males a registrar: o abandono das vilas e povoados, a disseminação perigosa das populações, o estrago das florestas pelo trabalho desorientado dos seringueiros na voracidade de colher a droga, o estado de pouca moralidade que presidia a essa disseminação, o nomadismo a que se ia habituando o contingente humano, o que evidentemente equivalia a um regresso àquela fase, já tão distante, dos primeiros tempos no vale,

²⁴ Arthur Reis, *op. cit.*, 1956, pp. 77-8.

²⁵ *Ibid.*, p. 84.

quando os missionários e os funcionários do Estado procuravam nuclear a gentildade, educando-a para a vida organizada²⁶.

Em terceiro lugar, porque essa experiência extrativista se realizava de modo desordenado, com uma intervenção mínima por parte do Estado:

O impulsionamento da produção, com o assalto à floresta para a colheita do leite precioso, resultava muito mais das solicitações cada dia mais intensas dos mercados industriais do Velho Mundo de atos ou de iniciativas governamentais, que facilitassem, condicionassem ou mesmo impulsionassem a produção. Tudo que estava ocorrendo e demonstrando a existência de uma coletividade que enriquecia e se realizava dinamicamente, era fruto da iniciativa privada – fundação de seringais, extração do leite das seringueiras, circulação de mercadorias, movimentação de braços, investimentos de capital, aumento do poder de transporte pelo movimento das frotas em navegação, financiamento aos empreendimentos comerciais. Tudo isto era efetiva, exclusiva atuação da iniciativa privada, que, por isso mesmo, comandava a vida regional sem considerar a existência do poder público senão como um elemento estranho, isto é, um instrumento que, não participando da empresa gomífera, comparecia apenas para tributar e arrecadar impostos sem nada proporcionar em contrapartida²⁷.

Para Arthur Reis, é nessa arriscada e desordenada aventura que a região adentra o período republicano. Estaria a Amazônia realmente se recuperando? *“Os homens de governo, sob a República, não se teriam de preocupar mais com o mundo amazônico que seguiria serena e ativamente sua sorte, integrado inequivocamente ao Brasil”*²⁸?

A resposta a esta pergunta é negativa. Para Arthur Reis, não havia mais sequer a preocupação governamental que ainda era vista, por exemplo, nas falas dos presidentes da Província do Amazonas²⁹. Essa crescente ausência do Estado era perigosa, pois aguçava a

²⁶ Arthur Reis, *op. cit.*, 1944, pp. 74-5.

²⁷ Arthur Reis. *A Amazônia na conjuntura internacional*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, pp. 50-1.

²⁸ *Ibid.*, p. 50.

²⁹ “O panorama, aos olhos dos presidentes, era o mais desolador, pois que lhes parecia que o abandono da agricultura e essa arrancada em direção à floresta traria prejuízos incalculáveis. As lições da economia mundial, sem esquecer os exemplos colhíveis no próprio Brasil, do ciclo colonial, ensinavam que os povos coletores não são nunca povos de vida mantida em níveis de progresso estável, sujeitos que ficam às flutuações dos preços e ao empobrecimento repentino das zonas exploradas”. In: Arthur Reis, *op. cit.*, 1944, p. 75. Sobre o posicionamento dos presidentes da Província do Amazonas em relação à economia da região, cf. Nasthya C. G.

cobiça estrangeira e fomentava o secessionismo, já que a região se via mais ligada à Europa do que ao restante do Brasil³⁰. Mais preocupante que isso, entretanto, era o fato de que o papel do Estado como planejador encontrava-se praticamente obliterado:

Com o ciclo gomífero em esplendor, a Amazônia viveu um período de euforia, que se pode constatar com as duas cidades capitais – Belém e Manaus, que se renovaram e engrandeceram na base dos recursos que os estados do Pará e Amazonas auferiram. Auferiram sem dar um passo, sem praticar um ato que visasse, senão ao aproveitamento realístico, pragmático, daquela fortuna que estava entrando nas arcas oficiais e privadas, pelo menos à execução de uma política assecuratória de continuidade e de crescimento na produção das árvores lactíferas. (. . .) O processo de desbravamento, ocupação e exploração do mundo amazônico caracterizou-se, assim, pelo desordenado. Os homens que o realizaram não dispuseram de qualquer assistência, seja de ordem material, seja de ordem espiritual. Tudo se fez com um sentido de aventura que deu um relevo espetacular aos que a proporcionaram, mas não assegurou a continuidade e a estabilidade necessárias. Decorridos trezentos anos de criação política da área, o caráter pioneiro da empresa amazônica continua vigorando, como se a sociedade que o efetua estivesse vivendo com um século de retrocesso ou tivesse parado, amarrada a estilos de vida que estão desaparecendo de todos os quadrantes do mundo³¹.

Para Arthur Reis, os políticos da região, durante a República, se mostravam medíocres. Imprevidentes e perdulários, preocupados somente em embelezar, com obras de vulto, as capitais Belém e Manaus, acostumaram-se a esperar que a borracha provesse sempre os recursos necessários a todos os serviços. A falta de visão administrativa era para ele alarmante:

Ninguém indicava o extremo norte (. . .) como um mundo que deveria ser possuído através da execução de uma política de Estado, (. . .) compreendendo-se não apenas a ação direta do Poder Público na mobilização e inversão de recursos ou no planejamento de uma operação de conquista e de domínio material, mas igualmente na criação de condições e no impulsionamento da iniciativa privada para empreendimentos visando ao domínio útil do espaço geográfico. Devia

Pereira. *Relações homem-natureza: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)*. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFAM, 2008.

³⁰ Arthur Reis. *A Amazônia na conjuntura internacional*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 51.

³¹ Arthur Reis. O planejamento regional; suas características e particularidades, ensinamentos decorrentes de experiências estrangeiras. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: nº 20, out. /dez. 1958, pp. 341-381.

encerrar-se a fase da surtida sertanista, que produzira a ampliação da fronteira econômica, mas, ao mesmo tempo, impusera, pelas condições por que se processavam as atividades criadoras no campo econômico, uma tremenda dispersão dos contingentes humanos. Em consequência, não se realizava, demograficamente, uma obra permanente de fixação. Todo o esforço para vencer a floresta ou para aproveitá-la no negócio da borracha e das outras espécies vegetais que foram sendo descobertas e foram encontrando mercado no exterior restringia-se à margem dos grandes e pequenos afluentes do Amazonas ou de subafluentes. O domínio da própria floresta não se efetuava³².

Diante de tal quadro, problemas não tardariam a surgir, e segundo o autor, vieram justamente através da concorrência oferecida pela borracha asiática – baseada no cultivo planejado – sentenciar novamente a região a uma nova crise econômica.

Das condições e possibilidades dos trópicos

O esforço teórico de Arthur Reis buscava demandar uma política federal mais atuante, embasada na ciência, que analisasse as possibilidades de desenvolvimento para a região. Para tanto, empenhou-se em demonstrar que os trópicos eram habitáveis, e a possibilidade de desenvolvimento e de civilização na Amazônia, era aceitável: o problema encontrava-se não na natureza, mas na forma como a região era administrada e estudada³³. Inclusive, para o autor, a própria inércia e desinteresse do Estado brasileiro pela região, deviam-se, em grande parte, à visão distorcida ou idealizada que se tinha dela, que findava por condená-la ao primitivismo:

A Amazônia continua sendo, para o geral dos brasileiros, uma página de exotismo, de geografia tropical interessante, mas onde não será possível realizar uma operação de envergadura capaz de revelar a decisão e a potencialidade nacionais³⁴.

³² Arthur Reis. *A Amazônia na conjuntura internacional*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, pp. 56-7.

³³ Arthur Reis, *op. cit.*, 1956, pp. 11-32.

³⁴ Arthur Reis. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 69.

Para Arthur Reis, se no passado a conquista da região foi efetivada a contento, como um ato de coragem dos colonizadores, no presente, seria o rigor da pesquisa técnico-científica que permitiria um conhecimento exato e minucioso do território. Contraditoriamente, muito embora tenha sido alvo de estudos desde a sua conquista pelos portugueses, para o autor a Amazônia era no presente ainda um espaço potencial, a ser corretamente aproveitado pela ciência e pela técnica moderna³⁵. Os esforços que se fizeram para sustentar a economia amazônica somente com a extração gomífera após a crise não poderiam dar resultados positivos, pois se caracterizavam como soluções imediatistas e localizadas. O reerguimento econômico da Amazônia demandaria uma obra de maior alcance e executada em longo prazo, conduzida pelo poder federal.

SPVEA e INPA

Na opinião de Arthur Reis, os decretos emitidos no governo de Hermes da Fonseca relativos à Defesa da Borracha envolviam um largo programa de trabalho que abrangia não somente a racionalização da extração de borracha e seu aproveitamento na indústria interna, mas também apresentava medidas relativas aos transportes, comunicações, alimentação, saúde pública, imigração e colonização. Apesar disso, após dar-se início ao que a lei havia fixado, instalando-se uma Superintendência, o Congresso Nacional, um ano depois, suspendeu os recursos financeiros e o plano foi abandonado. Para Arthur Reis, isso era um sinal de que

a maturidade brasileira não fora alcançada, evidentemente. E o resultado é que, sem assistência do poder federal, (. . .) a Amazônia experimentou um decadência vertiginosa e extrema³⁶.

Muito embora o interesse do governo Vargas pela Amazônia tenha crescido sobremaneira durante o Estado Novo, já que o projeto de centralização do Estado brasileiro

³⁵ Arthur Reis. O Instituto Nacional de Pesquisas da *Amazônia*. Origem. Objetivos. Funcionamento. Sua contribuição para o conhecimento realístico da *Amazônia*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 188. Este artigo foi publicado pela primeira vez em 1958.

³⁶ Arthur Reis, *op. cit.*, 1956, pp. 105-6.

desenvolvido no período respaldava-se na ideia da integração territorial – o projeto específico lançado em 1940, a “Marcha para o Oeste”, era sintomático desse aspecto – nas décadas de 1930 e 1940, Arthur Reis observa que nenhuma operação de maior alcance teria sido empreendida. Getúlio Vargas visitou a região em 1940 e, em seu “Discurso do Rio Amazonas”, proferido em Manaus, falara na recuperação da Amazônia. Mas no entender de Arthur Reis, somente algumas medidas estatais isoladas foram tomadas a partir de então: a criação, em 1940, dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP) (entidade pública que encampou os serviços da Amazon River Steam Navigation e da Companhia Port of Para) a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e do Banco de Crédito da Borracha, em 1942; a criação dos territórios federais de fronteira, no caso, Rio Branco, Guaporé e Amapá, em 1943. Estas medidas imediatistas estariam mais relacionadas com os Acordos de Washington – que levariam a região a vivenciar um segundo “ciclo da borracha” – do que propriamente com um planejamento específico. Como esse segundo “ciclo da borracha” não passou de uma sobrevida do extrativismo desordenado, novamente baseado no imediatismo da instável demanda externa, para Arthur Reis o momento não representou ainda um reerguimento pleno da Amazônia.

O conflito mundial que nos levou à participação militar e econômica no advento do novo ciclo histórico **impôs** a atuação do poder público federal para a região. (. . .) Recrutou-se pessoal no Nordeste para a restauração dos seringais. Recrutou-se sem um sentido realístico do que era a extração da borracha. (. . .) O “brabo” que chegou não podia produzir o que se lhe exigia. Os resultados ficaram, como era de esperar, muito abaixo do que fora idealizado tão romanticamente³⁷.

Arthur Reis entendia que não poderia haver desenvolvimento sem a efetivação de *pesquisa científica e planejamento*, conduzidos pelo poder público. Segundo Maria Celina d’Araújo, a ideia de desenvolvimento planejado remontava no Brasil aos anos 1930³⁸, mas somente na década de 1950 seriam levadas a efeito tais tentativas de planejamento.

O governo iria afirmar reiteradas vezes que esses planos visavam reduzir os desequilíbrios regionais e integrar todas as regiões do país em um conjunto

³⁷ Arthur Reis, *op. cit.*, 1958, p. 361.

³⁸ Cf. Maria Celina D’Araújo. *Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 19, jun/1992, pp. 40-55.

harmônico. O papel da União, nesse caso, seria não apenas o de supervisionar a elaboração dos planos que ordenava, mas também o de agir de forma a acelerar o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas³⁹.

De fato, foi justamente nessa década que o historiador amazonense teve a oportunidade de contribuir de maneira mais direta nas políticas de planejamento e de pesquisa científica na Amazônia, assumindo a direção, primeiramente, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, e, depois, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA.

A emenda proposta pelo deputado baiano Arthur Hehl Neiva, na Assembléia Constituinte de 1935, que propunha reverter uma porcentagem da renda tributária da União em obras de dinamização da Amazônia e do Nordeste não foi aprovada, mas reapareceria, na Constituinte de 1946, proposta desta vez pelo deputado amazonense Leopoldo Peres, exclusivamente para a Amazônia. A emenda então passou, ampliando-se, contudo, para abarcar a área seca do Nordeste e o São Francisco. Em relação à Amazônia, nas disposições transitórias da Constituição Federal, o artigo 199 previa que, pelo menos por vinte anos seguidos, a União aplicaria quantia não inferior a 3% de sua renda tributária na região⁴⁰.

Uma Comissão Parlamentar levaria seis anos para elaborar a Lei 1.806, que disciplinaria o artigo 199 e permitiria a execução de um projeto de valorização para a região. Decidiu-se criar um órgão que se encarregaria de elaborar o planejamento para a execução desse projeto: a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia. Sua meta principal seria incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, visando melhorar os padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País⁴¹. Para isso, caberia atentar, entre várias outras medidas, em promover principalmente o desenvolvimento agrícola, a produção extrativa da floresta, fomentar a produção animal, explorar recursos minerais da região, incrementar a industrialização das matérias primas regionais, realizar

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Arthur Reis. Fundamentos, história, estrutura e funcionamento da SPVEA. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, pp. 153-4.

⁴¹ SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. Primeiro Plano Quinquenal. [s. l.]: 1955, pp. 123-125.

um plano de transportes viário e hidrográfico e uma política energética, além de prover assistência alimentícia, programas de saúde, saneamento e educação à população.⁴² Para dar conta destes objetivos, inicialmente a SPVEA deveria elaborar um plano emergencial, e, no prazo de nove meses, submeter à aprovação do Presidente da República o primeiro Plano Quinquenal.⁴³

Arthur Reis foi nomeado, em julho de 1953, por Getúlio Vargas, o primeiro Superintendente do órgão. Comandando uma Comissão de Planejamento, somente em outubro daquele ano as atividades da SPVEA se iniciariam. Permanecendo à frente do órgão até o ano de 1955, o autor, com sua experiência de mais de 20 anos de estudos voltados para a Amazônia, conduziu os trabalhos de elaboração do Plano de Emergência e do primeiro Plano Quinquenal.

Algumas instituições científicas brasileiras já haviam se interessado por essas questões ao longo das décadas de 1930 e 1940: Conselho Nacional de Geografia, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Museu Paulista, Instituto Osvaldo Cruz, Instituto Evandro Chagas, Instituto Agrônomo do Norte. Entretanto, as pesquisas esbarravam na falta de equipamento e de pessoal especializado. Assim, a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA –, em 1952, mostrava-se como uma alternativa nacional ao Instituto Internacional da Hiléia Amazônica⁴⁴, voltada exclusivamente para a “conquista científica” da região, pois, afinal de contas, o planejamento estatal encontrava obstáculos justamente no desconhecimento científico que se tinha da Amazônia. Os estudos do Instituto eram vistos por Arthur Reis como um auxílio mais do que essencial a qualquer programa de valorização, já que para o autor, pesquisa científica e planejamento estatal deveriam caminhar juntos.⁴⁵

⁴² Ibid., p. 147.

⁴³ Arthur Reis, *op. cit.*, 1956, p. 112.

⁴⁴ O Instituto Internacional da Hiléia *Amazônia* seria um organismo de pesquisa científica internacional gerido pela UNESCO, com sede em Manaus e voltado para o estudo da *Amazônia*. Apesar de ter surgido por iniciativa de um brasileiro, Paulo Carneiro, alegou-se a ameaça à soberania que o país corria ao permitir que cientistas estrangeiros tivessem livre acesso à região. Cf. Marcos Chor Maio; Magali Romero Sá. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. In: *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000500011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 25/09/2008.

⁴⁵ Arthur Reis. O Instituto Nacional de Pesquisas da *Amazônia*. Origem. Objetivos. Funcionamento. Sua contribuição para o conhecimento realístico da *Amazônia*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, pp. 181, 187.

Arthur Reis, que logo depois de deixar a Superintendência da SPVEA, assumiu a direção do INPA por dois anos (junho de 1956 a julho de 1958), procurou adaptar o ambicioso projeto inicial do Instituto à realidade mais modesta da região, a fim de tornar funcionais pesquisas de interesse mais urgentes, no caso, *pesquisas médicas* – clínica, bacteriologia e imunologia, parasitologia, hematologia, bioquímica e nutrição, zoologia e biotério – e *pesquisas tecnológicas*, voltadas para a química, limnologia, geomorfologia e estatística, além de um Centro de Pesquisas Florestais.

Conclusões

Quando ainda era Superintendente da SPVEA, Arthur Reis afirmou que a obra de reerguimento da Amazônia tinha três aspectos: político, técnico e regional. O aspecto político significava que era responsabilidade do Estado, sendo ele o servidor e representante da coletividade, o estabelecimento dos objetivos a serem alcançados, sistematizando a ação, controlando os investimentos. A participação da iniciativa privada era bem-vinda, contudo, cabia ao Estado o papel de condutor do processo.

O aspecto técnico dizia respeito à necessidade de tirar a Amazônia da situação de atraso em que se encontrava, modificando a relação homem/natureza. Não seria possível conjugar desenvolvimento com o primitivismo dos métodos de trabalho e de vida vigentes na região. Eram necessários planos de ação e programas de trabalho orientados cientificamente, além de pessoal qualificado.

Finalmente, o aspecto regional referia-se ao fato de que os processos de desenvolvimento a serem implantados deveriam levar em consideração a Amazônia como uma região/complexo cultural definido, que possuía características econômicas, culturais e sociais específicas⁴⁶.

Em textos e palestras posteriores à sua atuação na SPVEA, Arthur Reis teceu sucessivas análises das atividades do órgão, em sua maioria negativas, apontando o que considerava problemas e obstáculos que atravancaram a plena execução do planejamento.

⁴⁶ Arthur Reis, *op. cit.*, 1956, pp. 113-4.

Basicamente, os problemas enfrentados diziam respeito, segundo ele, ao desinteresse administrativo do Estado pela região e aos partidarismos e favorecimentos políticos que se sobrepunham acima de qualquer projeto. Esses problemas seriam, para o autor, os reflexos de uma “imaturidade” do Estado brasileiro republicano, que comprovava a sua incapacidade de resolver seus próprios problemas como nação soberana. Para ele,

uma nação adquire a altura de uma maturidade quando realmente pode enfrentar os problemas de sua vida interior e lhes deu a devida solução, isto é, aquela compatível com a sua dignidade, os seus foros de cultura, visando a satisfação do bem-estar de suas populações. Enquanto, portanto, essa nação tiver pela frente a desafiá-la os problemas graves de sua conjuntura social, econômica, a ocupação de seus espaços ermos, o desenvolvimento dos mistérios de sua geografia, o domínio e a posse efetiva de seu território, por onde possa caminhar sem hesitações e perigos, sem os sobressaltos e os desconfortos das ligações precárias ou que exigem espírito pioneiro, da aventura dos séculos XVII e XVIII, a elevação dignificadora dos padrões de vida de seus contingentes humanos, assegurando-lhes saúde, alimentação, habitação, salário, instrução, evidentemente esse país ainda não alcançou a maturidade que pensa possuir⁴⁷.

Se, ao analisar o Plano de Defesa da Borracha em 1912, Arthur Reis afirma que o mesmo fracassou porque o Brasil, àquela altura, ainda não havia alcançado a “maturidade”, o mesmo é reafirmado por ele em plena década de 1950 a respeito do insucesso da SPVEA. A “falta de consciência” e o desinteresse do Estado brasileiro pela Amazônia demonstrariam essa imaturidade. Os partidarismos, os conchavos políticos, os favorecimentos, para o autor, teriam sido obstáculos à efetivação do primeiro Plano Quinquenal; até 1959, este *“não mereceu as honras de um segundo de atenção do Parlamento, que deve conhecê-lo e aprová-lo ou reformá-lo para sua execução”*.⁴⁸ A lentidão na liberação de verbas, tanto por parte do governo federal quanto pelos governos estaduais era outro problema:

Os recursos constitucionais não são pagos. O primeiro plano quinquenal remetido no tempo próprio ao Congresso não mereceu o pronunciamento de uma só das

⁴⁷ Arthur Reis. *A Amazônia é um mundo por descobrir*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 94. O texto é de uma palestra ministrada na Escola Superior de Guerra em 1960.

⁴⁸ Arthur Reis. *Amazônia: conceito, sua evolução histórica*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 30.

várias comissões que sobre ele deviam opinar, tudo isso significando que a consciência nacional continua indiferente ao problema⁴⁹.

Para o autor, as inúmeras dificuldades encontradas pela SPVEA remontavam, inclusive, ao período anterior a sua criação, ou seja, à Constituinte de 1946:

Quando os constituintes de 1946 sustentaram a tese dos planos quinquênios visando à valorização da Amazônia, do mesmo modo por que os constituintes que representavam os anseios do Nordeste sustentavam a necessidade de iguais medidas para lá, a aprovação do artigo proposto foi realizada não porque os constituintes tivessem compreendido a importância do que estavam deliberando, mas porque se fizera um trabalho de acomodação entre os vários grupos políticos em choque. Houve mesmo necessidade de um apelo do Chefe do Estado para que as forças majoritárias se decidissem no sentido da aprovação. E se recordarmos que a aprovação da lei complementar que regularia a aplicação dos recursos constitucionais demorou a ser aprovada seis anos. . . A consciência sobre a gravidade do problema amazônico, ontem como hoje, não existia.⁵⁰

Arthur Reis postulava como inadmissível que um programa de valorização – o qual se reclamava há muito tempo para a região, cujo estabelecimento foi fruto de uma verdadeira batalha, e que havia sido extensivamente pensado, discutido, estudado, planejado, visando a uma execução racional e ordenada – fosse, depois de tanto trabalho, tratado como uma questão de segunda categoria pelo governo federal. Eram determinações constitucionais, medidas de Estado. Além disso, tinham, para ele, uma importância que ia além da recuperação regional, significando o pleno estabelecimento da soberania da nação brasileira, a afirmação de sua capacidade de resolver seus problemas internos e da posse e controle efetivo de todo o seu território:

O Brasil, de seu lado, não tem querido tomar consciência do que representa ou pode representar a Amazônia. Dá-lhe recursos constitucionais no orçamento que se vota anualmente no Congresso, recursos que são pagos em doses ridículas ou não são pagos. Ao concedê-los, toma-se de uns ares piedosos, misericordiosos, desatento à responsabilidade que lhe pesa de assegurar-se decisivamente o domínio daquele espaço que pode escapar-lhe das mãos, dada a incapacidade que

⁴⁹ Arthur Reis. *A Amazônia na conjuntura internacional*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 62.

revela para possuí-lo, mantê-lo e incorporá-lo pela valorização, pela ocupação permanente, pela utilização imediata e constante. As medidas isoladas que se decretam, e não se executam, não significam a existência de um estado de consciência nacional, mas apenas um estado d'alma generoso e nunca pragmático como deverá ser⁵¹.

No limiar das propostas de Arthur Reis para o desenvolvimento da Amazônia estava a experiência colonizadora portuguesa. Não é a retomada do fausto gomífero que o autor estabelece como padrão de desenvolvimento. Para ele, é a colonização portuguesa que funciona como modelo, e que permitia afirmar a possibilidade de se estabelecer, no presente, uma sociedade economicamente desenvolvida. É assim, a continuidade do projeto lusitano que seria a garantia de progresso, pois segundo Arthur Reis, a experiência de planejamento e conhecimento técnico-científico, havia sido adotado primeiramente pelos portugueses em sua colonização – muito embora de maneira incipiente – mas é essa orientação “realista” que deveria, com o maior desenvolvimento da técnica e da ciência, ser retomada no presente.

⁵⁰ Arthur Reis. *A Amazônia é um mundo por descobrir*. In: _____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 93

⁵¹ Arthur Reis. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 69.

Considerações Finais

Nestas considerações finais, apresenta-se, ou melhor, reapresentam-se as conclusões espalhadas ao longo dos capítulos, de maneira a se fazer um apanhado geral, tentando conformar algum resultado que esta pesquisa possa vir a oferecer. Sempre assumindo o caráter parcial e provisório de qualquer trabalho de pesquisa, além das várias lacunas que permanecem e das possibilidades que se abrem, fazem-se as seguintes colocações:

A primeira conclusão desta pesquisa é a de que a Amazônia é uma construção recente, e não pode ser tomada como objeto de pesquisa fora de uma historicidade, correndo-se o risco de cometer uma série de anacronismos e naturalizações. A Amazônia foi construída como uma região, através de uma série de práticas discursivas e não discursivas, que vão sedimentando um recorte geográfico, uma cultura regional, uma história, a partir do momento em que as elites econômicas e política veem o aprofundamento da crise econômica que as atinge no início do séc. XX.

A segunda delas é que, no conjunto de práticas discursivas que ajudam a montar o repertório de discursos que conformará a Amazônia, a obra do historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis é um momento importante para solidificar uma série de conceitos a respeito da região que ganharam um status quase inquestionável. Em sua montagem de um passado para a região, o historiador constrói uma narrativa na qual a

colonização portuguesa é a principal marca na formação de uma identidade *regional*. Arthur Reis oblitera em sua narrativa tanto os indígenas – encarados por ele como primitivos, apresentados, nas raras vezes que aparecem como coadjuvantes do colonizador – quanto a natureza, vista até então como grandiosa, lugar do exótico, do mítico, do incivilizável.

Por fim, a terceira conclusão é de que essa lusofilia do autor – sua análise positiva da colonização portuguesa na Amazônia – ia além do mero diletantismo elogioso. Ao enxergar a experiência da colonização lusitana na Amazônia como exitosa, Arthur Reis posicionava a civilização e o desenvolvimento como experiências possíveis, que teriam acontecido no momento que para ele configurava-se como a *origem* da região. Essa estratégia narrativa abria a possibilidade de se pensar a Amazônia não como o lugar do incivilizável, do primitivo, mas como o lugar da extrema potencialidade de desenvolvimento.

As propostas de Arthur Reis para a Amazônia estavam indissolúvelmente relacionadas à sua visão do passado da região. Os portugueses figuram em sua escrita histórica como os que melhor entenderam a região e nela efetuaram o melhor plano civilizatório, sendo eles, portanto, o marco e o exemplo a ser seguido no presente. Para o autor, guardadas as proporções dos avanços na técnica, a região continuava praticamente a mesma do período colonial. O trabalho colono-civilizatório havia sido interrompido na região com a Independência, tendo se agravado a decadência com a Cabanagem e, mesmo com o chamado *rush* da borracha, pouco se tinha avançado. Havia muito por fazer e, assim, para Arthur Reis, a colonização da Amazônia no presente era mais um trabalho de retomada de um processo interrompido por uma série de fatores do que um início do zero.

Desde a década de 1930 até meados da década de 1990, o autor foi constantemente referendado por seus pares como “amazonólogo”. Arthur Reis soube trabalhar a imagem de especialista em assuntos amazônicos, o que lhe trouxe algum ganho simbólico no campo intelectual brasileiro do séc. XX. Arthur Reis também buscou frisar com cores fortes que seus estudos e suas propostas estavam acima de qualquer postura ideológica, qualquer partidarismo, isentos de interesses pessoais, no afã único de prescrever o melhor para a região e para a nação, discurso este muito utilizado na disputa política entre as diferentes regiões ao longo do séc. XX. Vale reiterar que essa construção do passado da *Amazônia* não é de maneira nenhuma arbitrária, mas converge para o jogo político de disputas regionais, de demandas por verbas e atenções do Estado. A identidade

unívoca forjada pelo autor, definindo em cores fortes o traço luso-brasileiro da formação da Amazônia, e enxergando como residual e periférico aquilo que fosse desviante desse caráter homogeneizador, serviu para granjear a integração do regional ao nacional no nível político.

Contudo, no seu trabalho de invenção da Amazônia, ao dotar a região de uma tradição, de uma cultura, uma história e uma identidade, a obra de Arthur Reis contribuiu sobremaneira para dar consistência à Amazônia enquanto uma homogeneidade espacial e cultural, onde figura o Estado e seu aparato burocrático-administrativo como principal personagem, a conduzir os rumos da região e de uma massa amorfa de indivíduos¹.

Valorizar uma “cultura amazônica”, resgatar alguma suposta “amazonidade” ou “caboclitude”, é repisar definições identitárias datadas que remetem sempre a uma construção da Amazônia como espaço do unívoco, do homogêneo.

Dessa maneira, admite-se não ser possível “superar” a obra de Arthur Reis, sem também superar o conceito de Amazônia, visto ter sido esse autor um dos maiores contribuintes para conformar o repertório discursivo que inventou a região. As pesquisas recentes continuam a apontar o caráter “ideológico”, “reacionário”, “positivista”, “elitista” da obra de Arthur Reis². Contudo, essas pesquisas permanecem sempre nos limites do conceito Amazônia, como se ele fosse um *a priori* fundamental, que não pudesse ser questionado, como se Arthur Reis fosse só mais um “intérprete” de algo que esteve sempre aí.

Contudo, conclui-se que Arthur César Ferreira Reis não foi somente mais um dos muitos intérpretes da Amazônia. Ele foi, de fato, um de seus artífices. Assumir isso é um passo importante para livrar-se de uma série de estereótipos, preconceitos, certezas e obviedades não problematizadas, e poder pensar-se, inventar de maneira renovada, múltipla e diferente.

¹ Alfredo Wagner B. de Almeida. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Manaus: UFAM/Casa 8, 2008, pp. 65-66.

² Cf. Leila M. R. Gomes. *Movimentos Sociais na obra de Arthur Reis*. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFAM, 2009. Lademe Correia de Sousa. *Arthur Reis e a História do Amazonas: um início em grande estilo*. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFAM, 2009. Renan Freitas Pinto. *Formação do Pensamento Social*. Tese de Livre Docência. [s. d. e.]. Mauro Cezar Coelho e Jonas Marçal de Queiroz. *Fronteiras da História limites do saber: a Amazônia e seus intérpretes*. In: _____ (Org.). *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém; Macapá: NAEA/UFPA; Universidade Federal do Amapá, 2001, pp. 170-174.

Bibliografia

OBRAS DE ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS UTILIZADAS COMO FONTES NESTA PESQUISA

REIS, Arthur C. F. **Unidade Histórica**. Conferência realizada no II Congresso de Brasilidade. 1ª ed. Belém: [s. c. e], [s. d.].

_____. **A Explosão Cívica de 1832** (Conferência realizada no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas em 2 de abril de 1932). 1ª ed. Manaus: Tipografia Fênix, 1932.

_____. O ensino de História. **Revista da Sociedade Amazonense de Professores**. Manaus: Ano 2, nº 3, p. 7, Ago-Set/1932.

_____. Manaus e outras vilas. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Manaus: Imprensa Pública, nº 4, 1934.

_____. **O ensino de História do Amazonas na Escola Primária**: Palestra Pedagógica - “Curso de Férias”. Realizada em 16 de dezembro no Ginásio Amazonense Pedro II. 1ª ed. Manaus: Tipografia Fênix, 1934.

_____. **Por Deus e pela Pátria** (Discurso de Paraninfo). Manaus: Tipografia Fênix, 1935.

_____. **Discurso de Paraninfo**. Humanistas de 1936, do Colégio D. Bosco, de Manaus. Manaus: [s. c. e.], 1936.

_____. **A política de Portugal no Vale Amazônico**. 1ª ed. Belém: Oficinas Gráficas da Revista Novidade, 1940.

- _____. **O processo histórico da economia amazonense.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- _____. A incorporação da Amazônia ao Império. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Vol. 193, p. 110-127, out/dez de 1946.
- _____. **Estadistas Portugueses na Amazônia.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948.
- _____. Capistrano: Geógrafo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Vol. 221, p. 139-150, Out-Dez/1953.
- _____. **A Amazônia que os Portugueses revelaram.** 1ª ed. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação, 1956. (Coleção Vida Brasileira, Vol. 9)
- _____. O planejamento regional; suas características e particularidades, ensinamentos decorrentes de experiências estrangeiras. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: nº 20, p. 341-381, out. /dez. 1958.
- _____. Casais, Soldados e Degredados. In: _____. **Tempo e Vida na Amazônia.** 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965. (Série Alberto Torres Vol. 3)
- _____. Sertanistas, Missionários e Demarcadores. In: _____. **Tempo e Vida na Amazônia.** 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965. (Série Alberto Torres Vol. 3)
- _____. Aspectos econômicos da dominação lusitana. In: _____. **Tempo e Vida na Amazônia.** 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965. (Série Alberto Torres Vol. 3)
- _____. Os Açorianos na criação do Brasil. In: _____. **Épocas e Visões Regionais do Brasil.** 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966. (Série Alberto Torres Vol. 6)
- _____. O Jardim Botânico de Belém. In: _____. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia.** 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966. (Série Alberto Torres Vol. 5)
- _____. A presença de Portugal na Amazônia. In: _____. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia.** 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966. (Série Alberto Torres Vol. 5)

- _____. A Amazônia que Alexandre Rodrigues Ferreira viu. In: _____. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia.** 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966. (Série Alberto Torres Vol. 5)
- _____. A contribuição portuguesa na elaboração da nacionalidade brasileira. In: _____. **Épocas e Visões Regionais do Brasil.** 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966. (Série Alberto Torres Vol. 6)
- _____. Os portugueses na revelação da Amazônia In: _____. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia.** 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966. (Série Alberto Torres Vol. 5)
- _____. Max Fleiuss historiador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Vol. 281, Out-Dez/1968.
- _____. Palavras de Agradecimento. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Vol. 148, nº 354-357, 1987.
- _____. **História do Amazonas.** 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989 (Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, v. 145).
- _____. Amazônia: conceito, sua evolução histórica. In: _____. **A Amazônia e a integridade do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- _____. A Amazônia na conjuntura internacional. In: _____. **A Amazônia e a integridade do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- _____. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Origem. Objetivos. Funcionamento. Sua contribuição para o conhecimento realístico da Amazônia. In: _____. **A Amazônia e a integridade do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- _____. Fundamentos, história, estrutura e funcionamento da SPVEA. In: _____. **A Amazônia e a integridade do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- _____. A Amazônia é um mundo por descobrir. In: _____. **A Amazônia e a integridade do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- _____. **Lobo d'Almada, um estadista colonial.** 3ª ed. Manaus: Valer, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JR. , Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez Editora; Recife: FJN, Editora Massangana, 1999.
- _____. **A moldura das nacionalidades: a construção imaginária da nação brasileira no século XX**. Disponível em http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/Brasil500.pdf Acessado em: 13/08/2010.
- ALBUQUERQUE, Luiz Rodolpho Cavalcanti de. **A Amazônia em 1893**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Uma genealogia de Euclides da Cunha, in: Gilberto Velho (org.). **Arte e Sociedade. Ensaios de sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- _____. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Manaus: UFAM/Casa 8, 2008.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Almir de. **Aspectos da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1939.
- ARAÚJO, Valdei & VARELLA, Flávia (Orgs.). **Tendências da Historiografia Brasileira Contemporânea: Anais do I Seminário de História do ICHS**. Ouro Preto: 2006, EDUFOP.
- BATISTA, Djalma. **Amazônia – cultura e sociedade**. Manaus: Valer; EDUA, 2003.
- Anuário do Ginásio Amazonense Pedro II*, comemorativo do cinquentenário de sua fundação. Manaus: nº 2, p. 66-67, 1936.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Lembrança: do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 1, 1839, pp. 141-143.
- BENZAQUEN DE ARAÚJO, Ricardo. **Guerra & Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. São Paulo: Ed. 34, 1994.
- BENZAQUEN DE ARAÚJO, Ricardo. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 28-54.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: Idem. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 107-132.

- BRAGA, Robério. **Arthur Cézar Ferreira Reis**. Manaus: Fundação Lourenço Braga, 1999.
(Coleção História do Amazonas. Estudos Biográficos, n. 6).
- BRASIL. MEC. **Homenagem a Gilberto Freyre**. Brasília: MEC, 1980.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CANDIOTTO, Cesar. Foucault e a crítica do sujeito em História. **Revista Aulas**. Nº 3, 2007, pp. 13-19.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. Campinas: Unicamp, 11(5), 1991, pp. 173-191.
- _____. Introdução geral. In: Idem. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p 11.
- COELHO, Geraldo. M. História e Identidade Cultural na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. 1ª ed. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994.
- COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Fronteiras da História, limites do saber: a Amazônia e seus intérpretes. In: IDEM (Org.). **Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)**. 1ª ed. Belém; Macapá: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/UFPA; Universidade Federal do Amapá, 2001.
- COSTA, Francisca Deusa Sena. **Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, PUC/SP, 1998.
- COSTA, Hideraldo Lima da. **Cultura, trabalho e luta social na Amazônia: discurso dos viajantes - século XIX**. Dissertação (Mestrado) PUC/SP, 1996.
- CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1999.
- _____. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 19, p. 40-55, jun/1992.

- D'AZEVEDO, João Lúcio. **Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos. 1ª ed. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.
- DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. **Manaus 1980-1920: a ilusão do Fausto**. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Católica de São Paulo.
- DIEHL, Astor Antônio. **A Cultura Historiográfica Brasileira**. Do IHGB aos anos 1930. 1ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- DORIGHELLO JR. , César Augusto. **Os Indígenas nas Páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1873)**. Dissertação de Mestrado, UNESP, 2008.
- FÉRES JR. , João. De Cambridge para o mundo, historicamente: Revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, 2005, pp. 655-680.
- FERREIRA, Lúcio. Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). **Revista de História Regional** 4(1): 9-36, Verão 1999.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929**. Tese (Doutorado). Unicamp, IFCH, 2001.
- FILHO, Francisco Venâncio. **Euclides da Cunha, ensaio biobibliográfico**. Rio de Janeiro: ABL, 1931.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- _____. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. O que é um autor? In: IDEM. **Ditos e escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (org.). **A Amazônia Colonial: 1616-1798**. Manaus: BK Editora, 1991.
- FREITAS, Marcos César de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005.
- FREYRE, Gilberto. Continente e ilha. In: **Problemas brasileiros de Antropologia**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942.
- _____. **Manifesto Regionalista de 1926**. Recife: Edições Região, 1952, p. 88.

- _____. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores: Política Cultural no Estado Novo.** Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.
- GOMES, Leila M. R. **Movimentos Sociais na obra de Arthur Reis.** Dissertação de Mestrado, PPGH-UFAM, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional.** **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, nº 1, p. 3-27, 1988.
- HARLAN, David. A História Intelectual e o retorno da Literatura. In: RAGO, Margareth (org.). **Narrar o Passado, Repensar a História.** Campinas: EdUnicamp, 2000.
- HOBBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1870.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta – a experiência brasileira.** São Paulo: Senac, 2000.
- JOBIM, Anísio. **A intelectualidade no extremo norte; contribuição para a história da literatura no Amazonas.** Manaus: Livraria Clássica, 1934.
- LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: LACAPRA, Dominick, KAPLAN, David (orgs.). **Modern European Intellectual History.** Ithaca; London: Cornell University Press, 1982.
- LIMA, Alceu Amoroso. **Voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira.** Rio de Janeiro: Agir, 1945.
- LIMA, Araújo. **Amazônia, a terra e o homem.** 4ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1975.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional.** Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.
- LOBATO, Sidney. **Bricolage da formação nacional: a obra de Artur César Ferreira Reis (1939-1966).** Monografia, Graduação em História, UNIFAP, 2001.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. **Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.** Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, t. XXIII, p. 3-66, 1860.

- MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita. Teoria e História da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAIO, Marcos Chor; SA, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. **História, ciência, saúde - Manguinhos**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000500011&lng=en&nrm=isso Acesso em: 25/09/2008.
- MARAJÓ, José Coelho da Gama Abreu, barão de. **A Amazônia: as províncias do Pará e Amazonas, e o governo central do Brasil**. Lisboa: Livraria Antiga e Moderna, 1883.
- _____. **As regiões amazônicas: estudos corográficos dos estados do Grão-Pará e Amazonas**. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1895.
- MENEZES, Djacir. **O Brasil no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- MORAES, Péricles. Os intérpretes da Amazônia. In: _____. **Os intérpretes da Amazônia**. Manaus: Valer, 2001, pp. 15-65.
- MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 53-72, 2010.
- NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luís. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, Vanice, NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luís (orgs.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.
- NEDEL, Letícia Borges. Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos. **Revista Anos 90**. Vol. 11, nº 19/20, Porto Alegre, 2004, pp. 315-350.
- _____. **Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese (Doutorado em História). ICS, UnB, Brasília. 2005.
- NERY, Frederico José de Santa-Anna. **Le pays des Amazones, l'Eldorado, les terres à caoutchouc**. Paris: L. Frinzine, 1885.
- NICODEMO, Thiago Lima. **A Herança Colonial – Sérgio Buarque de Holanda e a História Geral da Civilização Brasileira**. In: Textos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro, 2004.

- NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio - sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado**. Tese (Doutorado em História). IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.
- NORONHA, Nelson Matos de. **Sociedade e Cultura na Amazônia: notas sobre o trabalho multidisciplinar na pesquisa e na pós-graduação**. Manaus: EDUA, 2008.
- OLIVEIRA, João Pacheco. O Caboclo e o Brabo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, V. 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. **A Revolução de 30**. Seminário Internacional. Brasília: EdUNB, 1982.
- OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, Out. 1986, pp. 68-84.
- PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930)**. Dissertação de Mestrado, FFCHL/USP, 2000.
- _____. **Identidade Regional e folclore amazônico na obra de Mário Ypiranga Monteiro**. 1ª ed. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2002.
- _____. **O Papagaio e o Fonógrafo. A Amazônia nos prosadores de ficção (1908-1931)**. Tese de Doutorado, FFCHL/USP, 2008.
- PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo, Ática, 1990.
- PEREIRA, Nasthya C. G. **Relações homem-natureza: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)**. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFAM, 2008.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na cabanagem**. Tese (Doutorado) - PUC/SP, São Paulo, 1998.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. Dissertação (Mestrado) - PUC/SP, São Paulo, 1996.
- PINTO, Renan Freitas, BASTOS, Élide Rugáí (Orgs.). **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: EDUA, 2007.
- PINTO, Renan Freitas. **Viagem das Ideias – formação e desenvolvimento do pensamento social da Amazônia**. Manaus: Universidade do Amazonas / CNPq, 1997.

- RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. **Resgate**. Campinas, Centro de Memória da UNICAMP, n. 5, pp. 22-32, 1993.
- REIS, José Carlos. Anos 1930: Gilberto Freyre – O relogio da colonização portuguesa. In: Idem. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- _____. História da história: civilização ocidental e sentido histórico. In: Idem. **História & Teoria – historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952.
- RODRIGUES, Mara Cristina. **Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação, 1925 a 1964**. Tese (Doutorado em História) - IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1993.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. **História, Ciências, Saúde—Manguinhos**, vol. VI (suplemento) 901-917, setembro 2000.
- SANTOS, Francisco Jorge dos. **Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798)**. Dissertação (Mestrado em História) – USP, 1995.
- SCHWARCZ, Lilia M. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **Colônia e nativismo – a história como “biografia da nação”**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **História da Historiografia**. Bauru: Edusc, 2001.

- SILVA, Allison Marcos Leão da. **Representações da natureza na ficção amazonense**. Tese de Doutorado, FL/UFMG, 2008.
- SOARES, Valter Guimarães. **Cartografia da saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja**. Salvador: Edufba, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1960.
- SOUSA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a História do Amazonas: um início em grande estilo**. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFAM, 2009.
- SOUZA, Márcio. **A Expressão Amazonense**. Do Colonialismo ao Neocolonialismo. 2ª ed. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1978.
- TOCANTINS, Leandro. **Homenagem a Arthur César Ferreira Reis**. Rio de Janeiro: IHGB, 1993.
- TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista**. Tese (Doutorado em História). UFRGS, 2005.
- _____. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n. 2, p. 12-28, mar/2009.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854.
- VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. (orgs.) **O tempo do Liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003, p. 356.
- VERÍSSIMO, José. **As populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes**. RIHGB, Rio de Janeiro, t. 50, v. 74, parte I, 1887.
- VEYNE, Paul. **Foucault revoluciona a História**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- ZALLA, Jocelito. **O centauro e a pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas**. Dissertação (Mestrado em História). IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.